

Mulheres que Cometem Homicídio contra os Seus Parceiros Íntimos

Vera Catarina Pires Moreira



# **MULHERES QUE COMETEM HOMICÍDIO CONTRA OS SEUS PARCEIROS ÍNTIMOS**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017

## Mulheres que Cometem Homicídio contra os Seus Parceiros Íntimos

Vera Catarina Pires Moreira



# **MULHERES QUE COMETEM HOMICÍDIO CONTRA OS SEUS PARCEIROS ÍNTIMOS**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2017

Vera Catarina Pires Moreira

Assinatura: \_\_\_\_\_

# **MULHERES QUE COMETEM HOMICÍDIO CONTRA OS SEUS PARCEIROS ÍNTIMOS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Violência e Crime, sob orientação da Professora Doutora Ana Isabel Sani e coordenação da Professora Doutora Cristina Soeiro

## Índice

Agradecimentos.....	9
Introdução Geral.....	10
Referências .....	11
Artigo I - Mulheres que Cometem Homicídio contra os Seus Parceiros Íntimos: Revisão Sistemática da Literatura	
Resumo.....	14
Introdução.....	14
Metodologia .....	21
Procedimentos de Pesquisa.....	21
Critérios de Inclusão e de Exclusão.....	21
Seleção dos Artigos .....	22
Resultados .....	25
Estudos Empíricos .....	25
Estudos Teóricos.....	41
Discussão.....	42
Conclusão .....	45
Referências .....	47
Artigo II - Mulheres que Cometem Homicídio contra os Seus Parceiros Íntimos: Estudo Empírico	
Resumo.....	53
Introdução.....	54
Metodologia .....	60
Recolha de dados .....	60
Instrumentos .....	61
Procedimentos .....	62
Resultados .....	62
Variáveis Sociodemográficas .....	62
Fatores de Risco da Agressora e de Vulnerabilidade da Vítima .....	65
Características do Relacionamento entre a Agressora e a Vítima .....	67
Características do Homicídio.....	69
Discussão.....	73
Conclusão .....	75
Referências .....	78

Conclusão Geral .....	80
Referências .....	81
Anexo A .....	82

### **Índice de Tabelas**

Tabela 1. Principais características e resultados dos estudos empíricos selecionados.....	27
Tabela 2. Média, desvio padrão e mínimo e máximo de idades das agressoras e das vítimas e da diferença de idades entre ambos em meses.....	63
Tabela 3. Frequência e percentagem dos dados sociodemográficos das agressoras e das vítimas. ....	64
Tabela 4. Percentagem de presença, ausência ou omissões de fatores de risco da agressora e fatores de vulnerabilidade da vítima .....	66
Tabela 5. Presença de comportamentos violentos perpetrados pelo companheiro/vítima contra a homicida. ....	68
Tabela 6. Principais características do crime identificadas por caso .....	70
Tabela 7. Lesões encontradas nas vítimas e motivação para o homicídio. ....	71
Tabela 8. Conclusão do processo-crime.....	73

### **Índice de Tabelas**

Figura 1. Fluxograma.....	25
---------------------------	----

### **Agradecimentos**

Em primeiro lugar gostaria de agradecer às melhores orientadoras que eu poderia ter tido, Professora Doutora Cristina Soeiro e Professora Doutora Ana Isabel Sani, pela paciência, compreensão e dedicação infinitas. Um muito obrigada!

À minha família, namorado e amigos, pela força transmitida e pela motivação que me levou a nunca desistir.

## **Introdução Geral**

A presente investigação tem como objetivo geral caracterizar a população feminina que comete homicídio contra o seu parceiro íntimo.

Os estudos científicos que procuram entender a agressividade feminina e as suas formas de expressão têm levantado importantes questões acerca deste fenómeno, principalmente acerca da forma como o sistema de justiça e outras instituições devem agir (Hines & Douglas, 2009) motivado pela sua associação com o papel de vítimas de acordo com a imagem tradicional de serem detentoras de menor agressividade (Adinkrah, 2008). A literatura internacional é consensual ao considerar que o homicídio cometido por mulheres ocorre mais frequentemente no contexto familiar e, mais especificamente, no contexto da intimidade (Häkkinen-Nyholm et al., 2009; DeJong, Pizarro, & McGarrell, 2011; Kirkwood, 2003; Mouzos & Shackelford, 2004; Yourstone, Lindholm, & Kristiansson, 2008). Não obstante, a percentagem de mulheres que mata o seu companheiro atual ou passado é significativamente mais baixa quando comparada com a percentagem do sexo masculino (Kim & Titterington, 2009; Kirkwood, 2003; Mize, Shackelford, & Shackelford, 2009; Pretorius & Botha, 2006; Sebire, 2015), ocorrendo cinco vezes mais neste último grupo (Adinkrah, 2000). Também em Portugal, este tipo de crime é pouco frequente e tem vindo a diminuir ao longo dos anos. No ano de 2013, 16.7% dos condenados por este tipo de homicídio era do sexo feminino e no ano de 2015 esta percentagem diminuiu para os 7.7% (Direção-Geral da Política de Justiça, 2016).

Desta forma, e também motivado pela escassez de estudos a nível internacional e nacional, revela-se pertinente e uma mais-valia para a comunidade científica a realização de uma caracterização desta população. De forma a contribuir para este conhecimento, a dissertação é composta por dois artigos sendo que o primeiro é referente a uma revisão sistemática da literatura de forma a perceber o estado da arte acerca da temática ao nível das

metodologias utilizadas e principais conclusões. O segundo artigo é de caráter empírico de natureza qualitativa e tem como objetivo caracterizar as mulheres homicidas e as respectivas vítimas, aferir acerca das motivações subjacentes a este tipo de homicídio, estudar o comportamento criminal e identificar os fatores de risco associados a estas mulheres e aos seus companheiros, através da consulta de processos-crime decorridos entre 2008 e 2015.

### Referências

- Adinkrah, M. (2000). Female-perpetrated spousal homicides: The case of Fiji. *Journal of Criminal Justice*, 28(2), 151–161. [http://doi.org/10.1016/S0047-2352\(99\)00035-5](http://doi.org/10.1016/S0047-2352(99)00035-5)
- Adinkrah, M. (2008). Spousal homicides in contemporary Ghana. *Journal of Criminal Justice*, 36, 209–216. <http://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.04.002>
- DeJong, C., Pizarro, J. M., & McGarrell, E. F. (2011). Can situational and structural factors differentiate between intimate partner and “other” homicide? *Journal of Family Violence*, 26, 365–376. <http://doi.org/10.1007/s10896-011-9371-7>
- Häkkinen-Nyholm, H., Putkonen, H., Lindberg, N., Holi, M., Rovamo, T., & Weizmann-Henelius, G. (2009). Gender differences in Finnish homicide offence characteristics. *Forensic Science International*, 186, 75–80. <http://doi.org/10.1016/j.forsciint.2009.02.001>
- Hines, D. a., & Douglas, E. M. (2009). Women’s Use of Intimate Partner Violence against Men: Prevalence, Implications, and Consequences. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18(6), 572–586. <http://doi.org/10.1080/10926770903103099>
- Kim, B., & Titterington, V. B. (2009). Abused South Korean women: a comparison of those who do and those who do not resort to lethal violence. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 53(1), 93–112. <http://doi.org/10.1177/0306624X07312772>
- Kirkwood, D. (2003). Female perpetrated homicide in Victoria between 1985 and 1995. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 36(2), 152–172. <http://doi.org/10.1375/acri.36.2.152>
- Mize, K. D., Shackelford, T. K., & Shackelford, V. A. (2009). Hands-on killing of intimate partners as a function of sex and relationship status/state. *Journal of Family Violence*, 24(7), 463–470. <http://doi.org/10.1007/s10896-009-9244-5>

Pretorius, H. G., & Botha, S.-A. (2006). The cycle of violence and abuse in women who kill an intimate male partner : A biographical profile. *South African Journal of Psychology*, 39(2), 242–252. <http://doi.org/10.1177/008124630903900209>

Sebire, J. (2015). The Value of Incorporating Measures of Relationship Concordance When Constructing Profiles of Intimate Partner Homicides: A Descriptive Study of IPH Committed Within London, 1998-2009. *Journal of Interpersonal Violence*, 1–25. <http://doi.org/10.1177/0886260515589565>

**Artigo I - Mulheres que Cometem Homicídio contra os Seus Parceiros Íntimos: Revisão  
Sistemática da Literatura**

## MULHERES QUE COMETEM HOMICÍDIO CONTRA OS SEUS PARCEIROS ÍNTIMOS: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

### Resumo

Os homicídios cometidos por mulheres no contexto de relacionamentos íntimos são ocorrências pouco comuns e, por isso, pouco estudados. Neste artigo foi realizada uma revisão sistemática da literatura existente sobre este tipo de homicídio. Os estudos incluídos nesta revisão sistemática mostram que a maior parte dos estudos são de natureza descritiva e retrospectiva, centrados quer na comparação entre homens e mulheres que cometem homicídio neste contexto, como na análise das características dos intervenientes recolhidas através da consulta de documentos oficiais e bases de dados policiais. A análise realizada revela consensualidade no que respeita à presença de história de violência durante a infância e adolescência, de perturbações psicopatológicas e de consumo de substâncias da agressora e da sua vítima, não sendo consensual a informação acerca da escolaridade, do estatuto profissional e história criminal. A violência no contexto dos relacionamentos destas homicidas é transversal à maioria das amostras utilizadas, não sendo, no entanto claro, qual o seu papel concreto no cometimento do crime. As principais limitações apontadas pelas investigações prendem-se com questões metodológicas relacionadas com o acesso à informação tanto da homicida como da sua vítima.

**Palavras-chave:** Homicídios cometidos por mulheres; Homicídios no contexto das relações de intimidade; fatores de risco; prevalência

### Introdução

Os estudos científicos que procuram entender a agressividade feminina e as suas formas de expressão têm levantado importantes questões acerca deste fenómeno, principalmente acerca da forma como o sistema de justiça e outras instituições devem agir (Hines & Douglas,

2009) motivado pela sua associação com o papel de vítimas de acordo com a imagem tradicional de serem detentoras de menor agressividade (Adinkrah, 2008). Uma vez que a forma mais frequente de investigação deste fenómeno se centra na comparação entre a agressividade do sexo masculino e a agressividade do sexo feminino, através da utilização de diversas metodologias científicas (e.g., experiências laboratoriais, observação, avaliações da personalidade e avaliações do comportamento por auto e hétero relato) os estudos, de uma forma geral, concluíram que os níveis de agressividade no sexo masculino são superiores, utilizando estes mais frequentemente a violência física (Bjorkqvist, 1994; Cross & Campbell, 2011; Salmivalli, 2004). Por sua vez, o sexo feminino tende a não ser agressivo e, quando o é, raramente utiliza a agressividade de forma expressiva (Salmivalli, 2004) recorrendo maioritariamente a estratégias indiretas (e.g., manipulação social) (Bjorkqvist, 1994) divergindo dos rapazes, maioritariamente no que diz respeito à forma como esta agressividade é manifestada (Cross & Campbell, 2011). Numa tentativa de compreensão destas diferenças, o estudo de Bjorkqvist (1994) sugere que as mulheres desde tenra idade percebem que são fisicamente mais fracas dos que os homens e que por este motivo poderão ter desenvolvido estratégias de evitamento da agressão física. Adicionalmente verifica-se que, nas mulheres, o desenvolvimento de competências comunicacionais permite a utilização de estratégias de agressão mais sofisticadas e a conseqüente diminuição da utilização da violência direta (Eatough, Smith, & Shaw, 2008).

O estudo de Eatough e colaboradores (2008) encontrou na sua amostra de mulheres que eram utilizados diferentes tipos de agressão verbal e que a sua utilização dependia fortemente do contexto, sendo que as agressões mais gravosas eram dirigidas aos seus parceiros íntimos. A maioria da amostra deste estudo admite já ter utilizado, pelo menos uma vez, estratégias de agressão indiretas (e.g., silêncio, cortar roupas, colocar animais na alimentação) contra o seu parceiro.

A metanálise realizada por Archer (2000), por sua vez conclui que na maior parte dos estudos analisados as mulheres tendiam significativamente a usar mais a agressão física contra o seu parceiro e de forma mais frequente, sendo as mesmas, por outro lado, a sofrer mais frequentemente de sequelas físicas após agressões perpetradas pelos seus companheiros. Este autor acrescenta ainda que, no que concerne às atitudes patriarcais, a agressão física é, de forma mais determinante, influenciada pelo indivíduo e pela relação que mantém com o seu parceiro, alegando que a utilização deste argumento é uma consequência do conflito de interesses entre ambos os sexos (Archer, 2000).

Os estudos científicos que abordam as questões psicossociais que podem estar na origem deste comportamento ou que contribuem para a sua manutenção são consensuais ao mencionar a existência de um conjunto de problemáticas (Goldenson, Spidel, Greaves, & Dutton, 2009; Hines & Douglas, 2009; Jackson, Sippel, Mota, Whalen, & Schumacher, 2015). As mulheres que exercem violência no contexto dos seus relacionamentos tendem a apresentar padrões de vinculação ansiosa, traços de perturbação da personalidade *borderline* e sintomatologia traumática, sintomatologia esta que combinam entre si agressividade, impulsividade e dificuldade na regulação das emoções. Desta forma, estas mulheres tendem a experimentar situações de stress excessivo perante uma perceção real ou imaginária de abandono por parte do seu companheiro (Goldenson et al., 2009; Jackson et al., 2015). Adicionalmente, as mulheres que cometem atos severos de violência (e.g., homicídio) contra os seus parceiros tendem a apresentar histórias de vitimação, sendo a vitimação na vida adulta mais proeminente, funcionando o seu comportamento como forma de retaliação ou como forma de parar uma agressão (Jordan, Clark, Pritchard, & Charnigo, 2012).

Segundo Pizarro, DeJong e McGarrell (2010) a maioria das investigações que estudam os homicídios cometidos por mulheres sugerem que as mulheres vítimas e as mulheres ofensoras partilham as mesmas características e que a mulher que é atualmente violentada

pelo parceiro íntimo tem a mesma probabilidade de poder vir a tornar-se uma futura vítima ou agressora de homicídio, ambas como consequência dos episódios violentos. No entanto, acrescenta que são quase inexistentes os estudos que examinam a validade destas assunções. Outros estudos mencionam que as mulheres tendem a cometer homicídios sob situações de grande tensão tais como situações sociais desvantajosas e isolamento (Hellen, Lange-Asschenfeldt, Ritz-Timme, Verhülsonk, & Hartung, 2015).

Este tipo de ofensas por parte de mulheres tendem a associar-se com mais frequência ao contexto familiar e, mais especificamente, com o contexto de intimidade (Häkkinen-Nyholm et al., 2009; DeJong, Pizarro, & McGarrell, 2011; Kirkwood, 2003; Mouzos & Shackelford, 2004; Yourstone, Lindholm, & Kristiansson, 2008), sendo que os contactos prévios com o sistema de justiça, apesar de comuns, geralmente relacionam-se com crimes contra o património ou relacionados com drogas (Jordan et al., 2012). Entre ofensores e vítimas deste tipo de crime a diferença mais predominante associa-se precisamente com o tipo de contactos com o sistema de justiça. sendo que quer os homicidas como as vítimas do sexo masculino apresentam maior índice de condenações e detenções por violência contra a sua parceira (Belknap, Larson, Abrams, Garcia, & Anderson-Block, 2012).

Especificamente em relação ao crime de homicídio, verifica-se igualmente o recurso à metodologia comparativa de modo a compreender de que forma o homicídio no contexto das relações de intimidade cometidos por mulheres difere do que é cometido pelos homens. Desta forma, as conclusões apontam para algumas diferenças, embora não sejam tão pronunciadas como eventualmente fosse esperado (Häkkinen-Nyholm et al., 2009). À semelhança dos resultados anteriormente mencionados acerca da perpetração de violência, as mulheres que cometem atos de violência letais contra o seu parceiro tendem a ter mais problemas ao nível social e psicológico quando comparadas com os homens que cometeram o mesmo tipo de crime (Jordan et al., 2012; Yourstone, Lindholm, & Kristiansson, 2008). Mais

especificamente tendem a ter um dos cuidadores detentor de uma perturbação mental e terem estado mais expostas a abusos físicos, psicológicos e experiências traumáticas durante a infância e adolescência, sendo que estes valores foram mais elevados nesta comparativamente com a população feminina em geral. Não obstante, ambos os grupos de agressores provinham de circunstâncias economicamente desfavorecidas e de um ambiente culturalmente marcado pelo abuso de substâncias, tendo ainda passado a sua infância sem a presença dos seus progenitores. À data dos crimes, ambos os grupos de homicidas, na sua maioria, não detinha educação superior e encontrava-se no desemprego (Yourstone et al., 2008). Por outro lado, a amostra do estudo de Jordan e colaboradores (2012) conclui que as homicidas do sexo feminino tendem a ter níveis escolares superiores e encontram-se mais frequentemente empregadas quando comparadas com os homicidas do sexo masculino.

Relativamente às características dos homicídios, o ato de movimentar o corpo ou cobri-lo é mais comum na população homicida feminina, o que pode sugerir vergonha e que não se revêm no ato de matar (Häkkinen-Nyholm et al., 2009). Em ambos os sexos, o método mais utilizado foi a arma branca (Häkkinen-Nyholm et al., 2009; Jordan et al., 2012), verificando-se diferenças no que concerne à quantidade de ferimentos, tendendo a amostra feminina a utilizar apenas uma facada, normalmente atingindo uma parte vital do corpo, porventura para evitar resistência por parte da vítima, presumindo-se indicador de que poderá ter sido um acidente (Häkkinen-Nyholm et al., 2009). Quanto às motivações, ao consumo de substâncias no momento do crime e à negação do ato, não se verificaram diferenças significativas entre ambos os grupos de homicidas. Quanto aos sentimentos de arrependimento, são mais proeminentes nas mulheres, podendo estar relacionado com as características da vítima e com as circunstâncias do crime, sendo ainda acrescentado pelos autores que, devido ao mediatismo ser maior em casos onde as homicidas são do sexo feminino, mostrar arrependimento poderá

ter como objetivo provocar sentimentos de simpatia por parte do público (Häkkinen-Nyholm et al., 2009).

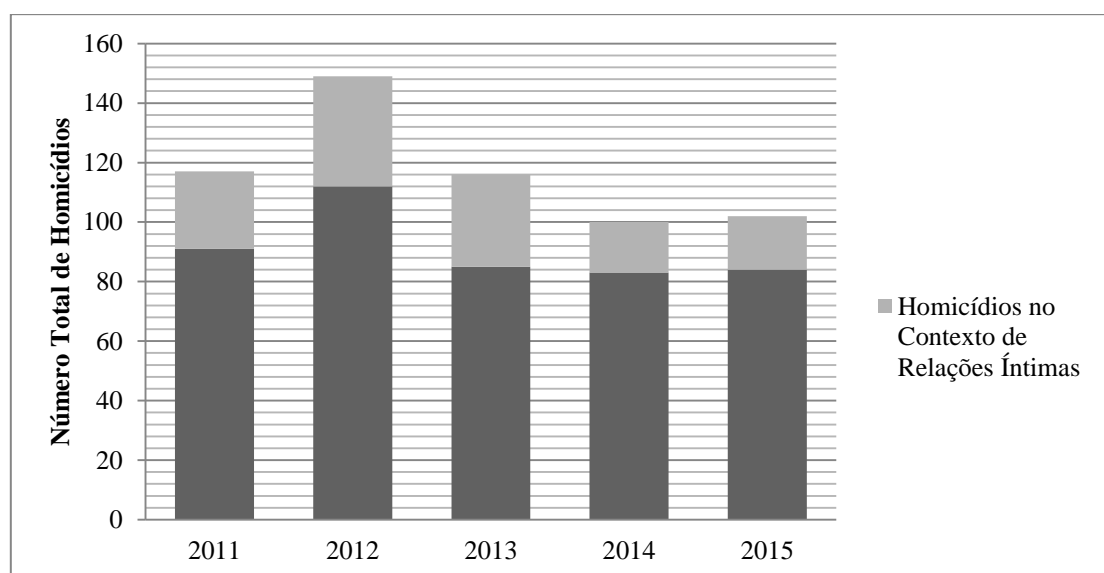
Quanto a literatura produzida em Portugal, destaca-se o estudo de Agra, Quintas, Sousa e Leite (2015) que analisa decisões condenatórias de 197 casos de homicídios consumados e tentados no contexto da conjugalidade. Apesar desta amostra conter 10.2% de vítimas do sexo masculino e 9.1% de condenados do sexo feminino, este estudo analisou as características dos homicídios e das decisões condenatórias sem destacar as diferenças entre sexos. Desta forma, os autores concluíram que esta população em Portugal encontra-se maioritariamente na faixa etária entre os 26 e os 45 anos, detinham habilitações literárias baixas e estatuto socioeconómico médio-baixo. A maior parte das vítimas encontrava-se no relacionamento com a pessoa condenada, no qual as situações de violência eram frequentes bem como o consumo de álcool e as perturbações do foro psiquiátrico (i.e., psicoses e depressões). Quanto às características do crime, este ocorre maioritariamente durante a noite e no espaço privado, é premeditado em menos de um quarto da amostra, utilizando o agressor(a) mais comumente armas brancas e de fogo, além de outras estratégias de violência extrema que inclui asfixia, atropelamento, carbonização e defenestração motivados principalmente pela não aceitação do fim da relação, discussões e ciúmes. Quanto ao processo-crime, este estudo aponta que as decisões condenatórias são maioritariamente proferidas em menos de um ano, classificando o crime, na maioria dos casos, como um ato qualificado. São ainda comuns os pedidos de indemnização civil que rondam os 65 mil euros e menos comuns as penas acessórias. Relativamente à medida da pena, sendo este o único parâmetro onde são analisadas as diferenças entre sexos, este estudo refere que é menor no caso das mulheres tendo sido mais frequentemente aplicada a suspensão da execução da pena de prisão.

O crime de homicídio é um crime contra a vida sendo o mais severamente punido na legislação portuguesa, tendo uma moldura penal máxima de 25 anos de prisão (*Códigos Penal e de Processo Penal e Legislação Complementar*, 2015).

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna relativo ao ano de 2015 (Sistema de Segurança Interna, 2016), do total de 102 homicídios registados, 18% ocorreram no âmbito de uma relação conjugal ou análoga tendo vindo a sofrer um decréscimo ao longo dos últimos quatro anos (Sistema de Segurança Interna, 2012, 2013, 2014, 2015) (Gráfico 1).

Gráfico 1.

*Total de homicídios cometidos em Portugal e o respetivo número de homicídios cometidos no contexto de relacionamentos íntimos.*



De acordo com as estatísticas da Direção-Geral da Política de Justiça, no ano de 2015, foram condenadas 26 pessoas por homicídio no contexto de relacionamentos íntimos, tendo esta decisão judiciária vindo a sofrer um decréscimo desde 2007, ano onde se contabilizaram 45 pessoas condenadas (Direção-Geral da Política de Justiça, 2016).

O número de condenações de mulheres por este tipo de crime é semelhante a outros países tal como no Canadá onde as mulheres apresentam 4.5 vezes maior probabilidade de serem mortas pelos seus companheiros do que serem estas as agressoras (Canadian Centre for

Justice Statistics, 2015) e na Austrália onde 25% dos homicídios cometidos no contexto de relacionamentos íntimos são cometidos por mulheres (Cussen & Bryant, 2015).

De uma forma geral, os estudos sobre o homicídio no contexto das relações íntimas cometidos por mulheres têm demonstrado que existem diferenças quando comparadas com os homicídios cometidos por homens no mesmo contexto (Hellen et al., 2015; Hodell, Wasarhaley, Lynch, & Golding, 2014; Roberts, 2009) sendo que o sexo feminino surge com maior probabilidade de vitimação por violência múltipla (Hodell et al, 2014). Neste sentido, desde o primeiro estudo realizado acerca da perpetração de violência no contexto dos relacionamentos íntimos e, após 20 anos de investigação do fenómeno, persiste a controvérsia acerca deste comportamento no que respeita às diferenças entre o sexo do perpetrador (Saunders, 2002).

Desta forma, perante um corpo de literatura escasso, bastante heterogéneo e de natureza comparativa, é de todo pertinente, sendo este o objetivo desta revisão sistemática da literatura, analisar os principais estudos que tem vindo a ser realizados sobre a temática. Mais especificamente, no que concerne às características e metodologias de investigação utilizadas, às características específicas da população e do tipo de crime.

## **Metodologia**

### **Procedimentos de Pesquisa**

A pesquisa foi realizada no dia 2 de abril de 2016 com recurso às bases de dados B-On, Sage, Taylor and Francis, ScienceDirect e PubMed utilizando a seguinte equação de palavras-chaves: (female-perpetrated homicide) AND (risk) AND (prevalence OR trends).

### **Critérios de Inclusão e de Exclusão**

De forma a orientar a pesquisa e a seleção dos estudos, definiram-se critérios de inclusão e de exclusão.

#### **Critérios de inclusão.**

Procedeu-se à inclusão de estudos publicados entre 2000 e 2016, escritos em Inglês, Português e Espanhol. De acordo com a metodologia de cada investigação procedeu-se à inclusão de todos os tipos de investigação (e.g., correlacionais, descritivos, meta-análises), com análise de dados quantitativa, qualitativa ou mista e recorrendo a qualquer tipo de métodos para a recolha de informação. Selecionaram-se ainda estudos com amostras mistas, desde que a análise dos dados das mulheres tivesse sido estudada em separado e pudesse ser alvo de apreciação individualizada, bem como apenas estudos que se focam no homicídio no contexto das relações íntimas cometidos por mulheres.

### **Crítérios de exclusão.**

Excluíram-se estudos noutras línguas que não o Inglês, Português e Espanhol e ainda os que foram desenvolvidos com crianças ou adolescentes (amostra com idade inferior a 18 anos). Não foram selecionadas investigações cujo foco é a violência de forma geral e o exercício de violência no contexto das relações íntimas exercido por mulheres que não faça referência à violência letal, estudos comparativos entre homens e mulheres que cometem homicídio no contexto de relações íntimas, no qual a amostra foi analisada em conjunto e investigações com amostras de pessoas do mesmo sexo.

### **Seleção dos Artigos**

Na pesquisa obtiveram-se 105 resultados (57 na Sage, 27 na B-On, 2 na Pubmed, 7 na Taylor and Francis e 12 na ScienceDirect), sendo que a seleção dos estudos relevantes, através dos critérios de inclusão e de exclusão, procedeu-se em duas etapas.

#### **Etapa 1.**

Do total de 105 artigos, com base na leitura do título e/ou resumo foram excluídos 90 resultados, sendo que no que concerne ao critério relativo ao ano de publicação foi de imediato limitado no ato da pesquisa.

Relativamente à base de dados Sage foram rejeitados um total de 46 artigos científicos com base nos critérios de exclusão e através da leitura e/ou resumo. Mais especificamente por fazerem referência apenas ao crime de violência doméstica perpetrado por mulheres sem fazerem referência ao homicídio ( $n=20$ ), por apenas incluírem na investigação mulheres que cometeram crimes e homicídios de natureza sexual sem realizarem uma análise separada das vítimas como parceiros íntimos ( $n=4$ ), pelo foco do estudo incidir noutros tipos de homicídios perpetrados por mulheres (e.g. parricídio, infanticídio) ( $n=5$ ), por se referirem apenas ao crime de violência doméstica contra a mulher e ao femicídio ( $n=12$ ), pela amostra ser constituída por casais do mesmo sexo ( $n=1$ ), por utilizarem uma amostra juvenil ( $n=1$ ) e por estudarem a perpetração de violência de uma forma geral ( $n=4$ ).

Através do mesmo método, da base de dados B-On excluíram-se 20 resultados, por estudarem as carreiras criminais femininas ( $n=2$ ) e as ofensas violentas de uma forma geral perpetradas por mulheres ( $n=3$ ), por utilizarem uma amostra juvenil ( $n=1$ ), por fazerem referência apenas ao crime de violência doméstica cometido por mulheres sem fazerem referência ao homicídio ( $n=2$ ), por analisarem mulheres que cometem crimes contra os seus filhos ( $n=2$ ), por fazer referência a homicídios sexuais cometidos por mulheres onde a população dos parceiros íntimos não é tratada individualmente ( $n=3$ ), por incidirem na violência doméstica perpetrada contra as mulheres ( $n=1$ ), por analisarem as diferenças de género ao nível da decisão judicial ( $n=2$ ), por se referirem a outros tipos de homicídios ( $n=3$ ) e ainda por não constituírem estudos empíricos ou teóricos ( $n=1$ ) e repetição com artigos encontrados noutras bases de dados ( $n=1$ ).

Da base de dados Pubmed foi rejeitado um artigo por apenas se referir ao crime de violência doméstica cometido por mulheres sem fazer referência ao homicídio.

No que concerne à base de dados Taylor & Francis, foram rejeitados um total de seis resultados por se referir ao crime de violência doméstica em casos de regulação das

responsabilidades parentais ( $n=1$ ), por estudarem a população feminina que comete infanticídio ( $n=2$ ), por não serem publicações empíricas ou teóricas ( $n=2$ ) e por fazerem referência ao consumo de substâncias e a sua associação com o comportamento violento ( $n=1$ ).

Por fim, da base de dados ScienceDirect foram rejeitados oito resultados, por estudarem a agressividade feminina de uma forma geral ( $n=4$ ), por se referir apenas ao crime de violência doméstica cometido por mulheres sem fazerem referência ao homicídio ( $n=1$ ), por fazer referência a homicídios sexuais cometidos por mulheres onde a população dos parceiros íntimos não é tratada individualmente ( $n=1$ ), por estudar o homicídio entre casais do mesmo sexo ( $n=1$ ) e por se encontrarem repetidos com estudos selecionados noutras bases de dados ( $n=1$ ).

No final desta etapa, e para uma leitura mais detalhada, foram selecionados 21 artigos científicos.

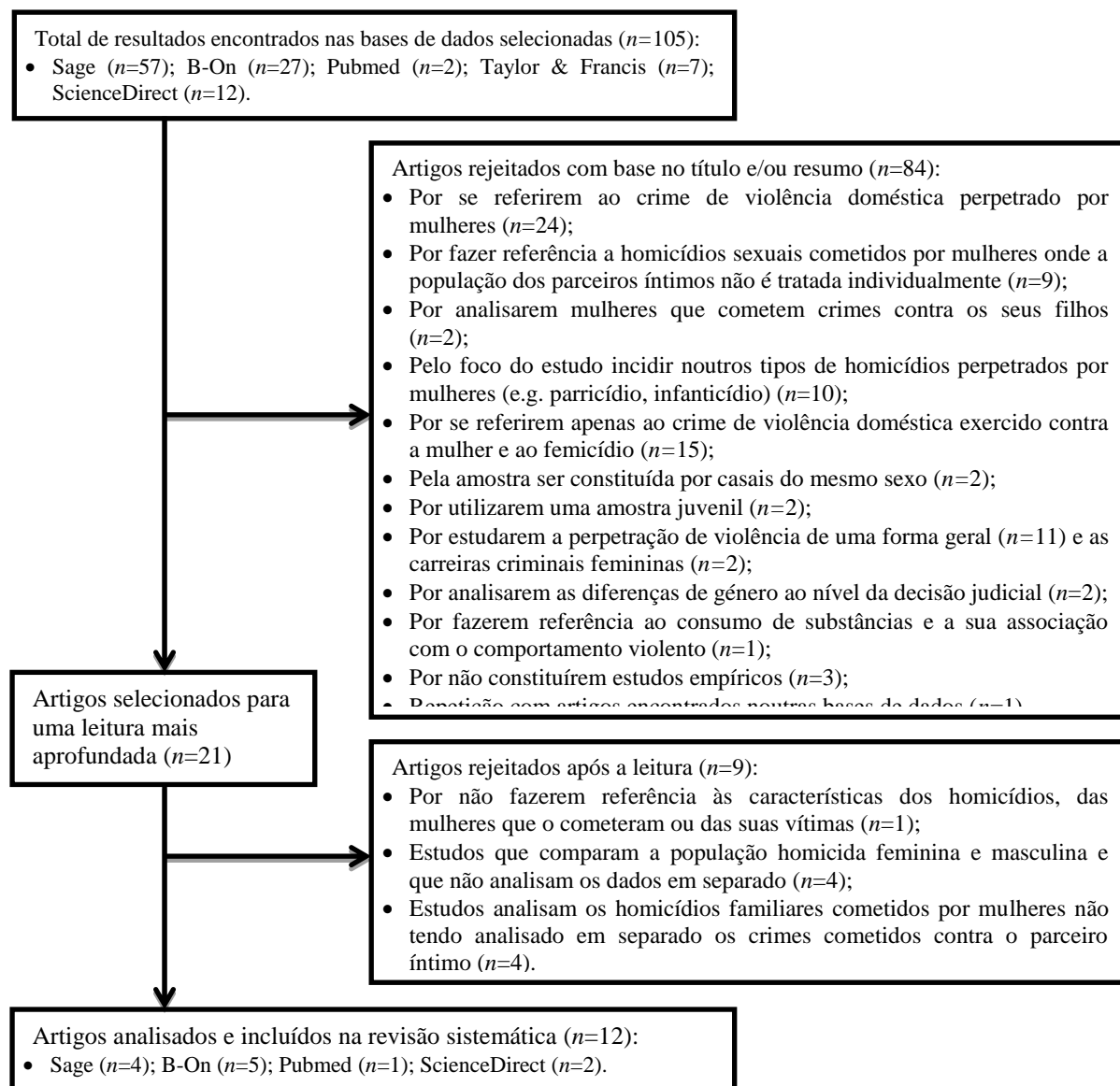
## **Etapa 2.**

Nesta segunda etapa procedeu-se à leitura mais aprofundada dos 21 artigos selecionados na etapa anterior tendo-se rejeitado no total seis estudos, por não fazerem referência às características dos homicídios, das mulheres que o cometeram ou das suas vítimas ( $n=3$ ), estudos que comparam a população homicida feminina e masculina e que não analisam os dados em separado ( $n=2$ ), um estudo que analisou os homicídios familiares cometidos por mulheres não tendo analisado em separado os crimes cometidos contra o parceiro íntimo ( $n=3$ ).

Desta forma, para análise integral e detalhada foram selecionados 12 artigos científicos.

Através da consulta dos repositórios das universidades portuguesas foi ainda incluído um estudo (Alves, 2015).

Figura 1.  
Fluxograma



## Resultados

### Estudos Empíricos

Dos dez estudos empíricos analisados, cinco foram desenvolvidos nos EUA sendo que, dois utilizaram uma amostra do mesmo país (Mize, Shackelford, & Shackelford, 2009; Mouzos & Shackelford, 2004), um recorreu a uma população do Gana (Adinkrah, 2008), um das ilhas Fiji (Adinkrah, 2000) e um com população residente na Coreia do Sul (Kim & Titterington, 2009). Adicionalmente, um dos estudos foi desenvolvido em parceria com uma instituição australiana, que conta com duas investigações empíricas efetuadas dentro desta

temática (Kirkwood, 2003; Mouzos & Shackelford, 2004), realizando uma análise comparativa entre ambos os países (Mouzos & Shackelford, 2004). Surge também o Canadá com dois artigos científicos (Bourget & Gagné, 2012; Dawson, Bunge, & Balde, 2009) e a Inglaterra (Sebire, 2015) e África do Sul (Pretorius & Botha, 2006) com uma publicação. Contabiliza-se ainda um artigo produzido em Portugal (Alves, 2015) (Tabela 1).

### **Design**

No que concerne ao tipo de investigação, quatro estudos são descritivos procurando desta forma caracterizar a população e o fenómeno em causa (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Kirkwood, 2003; Pretorius & Botha, 2006), dois são correlacionais e tinham como objetivo verificar em que grau as variáveis estudadas estão relacionadas (Dawson et al., 2009; Mize et al., 2009), três investigações são de carácter comparativo e procuravam perceber as semelhanças e as diferenças entre populações com características diferentes (Kim & Titterington, 2009; Mouzos & Shackelford, 2004; Sebire, 2015) e, por fim, um classifica-se como sendo um estudo de caso analisando pormenorizadamente a história de cada participante (Adinkrah, 2000).

De uma forma geral, todos os artigos empíricos seleccionados focaram-se no momento do crime, procurando as características do mesmo e das suas perpetradoras e vítimas, constituindo assim investigações retrospectivas. Quatro destes analisam ainda as agressoras e as suas vítimas numa perspetiva transversal, procurando acontecimentos de vida que poderão ter condicionado o cometimento do crime, tais como a história de violência nas relações íntimas e durante a infância (Bourget & Gagné, 2012; Kim & Titterington, 2009; Kirkwood, 2003; Pretorius & Botha, 2006). Apenas um artigo analisa as alterações socioculturais que contribuem para um aumento ou diminuição da perpetração de homicídios no contexto das relações íntimas perpetrados por mulheres (Dawson et al., 2009) (Tabela 1).

### **Características das amostras**

No que concerne à constituição da amostra dos 10 estudos empíricos, cinco são compostos por mulheres e cinco por amostras mistas, variando entre quatro (Adinkrah, 2000) e 10271 participantes (Mouzos & Shackelford, 2004). Todos os participantes provêm do contexto forense à exceção de um estudo que procedeu à comparação entre uma população forense de mulheres homicidas e uma população de mulheres que se encontrava em casa de abrigo na sequência dos maus tratos sofridos pelos companheiros (Kim & Titterington, 2009).

Em todos os casos foi utilizada uma amostra de conveniência e em apenas um estudo surge referenciada a utilização do método de seleção por *snowball* (Pretorius & Botha, 2006). Quanto à forma de recolha de informação em apenas um dos estudos foi conduzida uma entrevista com mulheres a cumprir pena de prisão em estabelecimento prisional (Pretorius & Botha, 2006). Em três estudos foi recolhida a informação acerca do crime e dos seus intervenientes através de notícias de jornal (Adinkrah, 2000, 2008; Alves, 2015) tendo os restantes investigadores recorrido a documentos oficiais (e.g. relatórios de medicina legal, autos policiais, processo-crime) e bases de dados policiais (i.e. Supplementary Homicide Reports, Murder and Manslaughter Register of the Fiji Police Force, Homicide Survey, National Homicide Monitoring Program). Também em apenas um estudo foram aplicados instrumentos quantitativos de forma a medir a intensidade dos episódios violentos no contexto da conjugalidade (Jung and Kim's Conjugal Psychological and Physical Abuse Scale, 1996) e uma escala acerca do eventual suporte de atitudes patriarcais por parte das participantes (Kim & Titterington, 2009) (Tabela 1).

Tabela 1

*Principais características e resultados dos estudos empíricos selecionados.*

<b>Autor, data</b>	<b>País</b>	<b>Amostra (Sexo)</b>	<b>Amostra (N)</b>	<b>Design</b>	<b>Fontes de Informação</b>	<b>Principais resultados</b>
Adinkrah, 2000	EUA	Feminina	4 mulheres	Estudo de Caso	Documentos Oficiais	Predominância da existência de um amante no planeamento e execução do crime

Tabela 1  
(Cont.)

Adinkrah, 2008	EUA	Mista	12 mulheres 60 homens	Descritivo	Notícias de jornal	As mulheres tendem a cometer o homicídio contra uma vítima latente ou predisposta Homens que tencionam casar com outra mulher estão em maior risco de serem vítimas
Alves, 2015	Portugal	Mista	15 mulheres 38 homens	Descritivo	Notícias de jornal	As notícias acerca da população feminina tendem ainda a focar o carácter individual de cada mulher salientando a sua natureza esporádica e pouco relevante. em notícias onde a mulher é mais culpabilizada verificou-se uma tendência para salientar a transgressão das normas de género feminino aproximando-as do género masculino.
Bourget & Gagné, 2012	Canadá	Mista	42 mulheres 234 homens	Descritivo	Documentos oficiais	A maioria das mulheres não esteve sujeita a violência prévia por parte do companheiro/vítima A maior parte dos homicídios são cometidos com intenção de provocar esse fim
Dawson, 2009	EUA	Mista	Homicídios entre 1976 e 2001	Correlacional	Homicide Survey	O aumento do nível de empregabilidade, de escolaridade e das taxas de divórcio diminuem a probabilidade de homicídio por parte das mulheres
Kim & Titterington, 2009	EUA	Feminina	95 mulheres presas 43 em casa abrigo	Comparativo	Jung and Kim's Conjugal Psychological and Physical Abuse Scale (1996)	As mulheres que se encontram a cumprir pena de prisão reportam formas menos severas de violência psicológica e física do que as vítimas que se encontram em casa abrigo As mulheres que cometem homicídio apresentam mais atitudes patriarcais

Tabela 1  
(Cont.)

Kirkwood, 2003	Austrália	Feminina	86 mulheres	Descritivo	Documentos oficiais	Mulheres com relacionamentos mais longos tendem a planejar e a esconder o crime 59% comete homicídio em resposta a situações de violência
Mize et al., 2009	EUA	Mista	50279 homicidas 18309 mulheres	Correlaciona	Federal Bureau of Investigation's Supplementary Homicide Reports	As mulheres recorrem menos ao homicídio por espancamento e mais à utilização de armas de fogo e brancas
Mouzos & Shackelford, 2004	Austrália	Feminina	10271 mulheres	Comparativo	National Homicide Monitoring Program e Federal Bureau of Investigation's Supplementary Homicide Reports	Os homens em união de facto têm maior probabilidade de serem vítimas
Pretorius & Botha, 2006	África do Sul	Feminina	60 mulheres	Descritivo	Entrevista	A mulher comete o homicídio após anos de abusos por parte do companheiro/vítima
Sebire, 2015	Inglaterra	Mista	173 homens 34 mulheres	Comparativo	Documentos oficiais	Quer as agressoras como as vítimas apresentavam valores elevados de substâncias no sangue As mulheres encontram-se em relacionamentos onde ambos apresentam problemas de saúde mental

### Características sociodemográficas das agressoras e das suas vítimas

Os dados sociodemográficos quer das homicidas como das suas vítimas não estão presentes nos estudos de forma homogénea. Relativamente à idade das agressoras apenas cinco estudos fazem referência (Adinkrah, 2000, 2008; Mouzos & Shackelford, 2004; Pretorius & Botha, 2006; Sebire, 2015), variando entre um mínimo de 12 anos e o máximo de 98 anos. Quanto à idade das vítimas, também cinco dos estudos a mencionam (Adinkrah, 2000, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Mouzos & Shackelford, 2004; Sebire, 2015) variando

entre os 14 e os 98 anos. Transversalmente nos estudos onde a idade dos intervenientes foi abordada, a média de idades das agressoras varia entre os 35 (Sebire, 2015) e os 38.6 anos (Adinkrah, 2008) e a das vítimas entre os 39 anos (Sebire, 2015) e os 46.3 anos (Bourget & Gagné, 2012). A investigação levada a cabo por Sebire (2015) revela que, na sua amostra, 62% das mulheres eram mais novas do que os parceiros, 32% mais velhas e 16% da mesma idade e Adinkrah (2008) refere que na sua amostra a diferença de idades é em média de 3.9 anos.

Nos estudos que fazem referência à etnia das agressoras, a distribuição étnica varia consoante o país onde foi desenvolvido. Quanto ao estudo levado a cabo em Inglaterra a distribuição étnica era de 64% caucasiana, 20% negra e 18% outras etnias (i.e., Asiática, Oriental ou Árabe) sendo que, comparando a distribuição étnica da população geral deste país, a autora verificou uma maior representação da etnia negra quer nas suas vítimas como nos agressores (Sebire, 2015). Num estudo desenvolvido na África do Sul a distribuição é de 53.3% para a etnia africana, 33.3% caucasiana, 10% mestiças, 1.7% asiática e 1.7% para outras etnias (Pretorius & Botha, 2006). Numa outra perspetiva, a investigação canadiana revela que 90.5% das agressoras tinham nacionalidade canadiana e 7.1% seriam imigrantes/outras nacionalidades (Bourget & Gagné, 2012). No que se refere às diferenças étnicas entre as agressoras e as suas vítimas, nas investigações onde este parâmetro foi tido em consideração, é consensual a concordância entre etnias com percentagens significativamente elevadas (Adinkrah, 2008; Sebire, 2015)

Quanto ao estatuto socioeconómico, em apenas três estudos essa informação estava disponível sendo que em dois destes é consensual que ambos os elementos do casal partilham um estatuto baixo (Adinkrah, 2008; Sebire, 2015) ao contrário do estudo de Kim e colaboradores (2009) onde se observa que 53.7% foram categorizados como pertencendo à classe média, 29.5% à classe alta e 16.8% à classe baixa. Adicionalmente, apenas o estudo de

Sebire (2015) analisa as diferenças entre o estatuto socioeconómico da agressora e da vítima mostrando que, em cerca de 15.6% a agressora tinha um estatuto mais elevado que a vítima e 40.7% mais baixo que a mesma sendo que, em 43.7% o casal partilhava o mesmo estatuto (Sebire, 2015).

Também acerca da escolaridade os estudos são poucos tendo sido referido apenas por três. No estudo de Pretorius e Botha (2006) a maior parte das participantes receberam educação ao nível do ensino secundário e no estudo de Kim e Titterington (2009) verifica-se uma média de 5.572 anos de escolaridade. Segundo estas últimas autoras, a probabilidade das mulheres com maior grau de escolaridade cometerem homicídio contra o parceiro íntimo é 1.587 vezes menor do que para as mulheres com baixa escolaridade (Kim & Titterington, 2009). Na mesma linha de resultados, Dawson e colaboradores (2009) referem que à medida que a frequência do ensino universitário aumenta nos homens as taxas de homicídios cometidos contra eles diminui apontando que este aumento da escolarização e consequente diminuição das taxas de homicídio podem estar relacionadas com o desenvolvimento de um melhor entendimento dos papéis da mulher na sociedade, traduzindo-se numa visão menos tradicional e em atitudes mais liberais relativamente aos papéis de género.

Relativamente à proveniência dos rendimentos, três dos quatro estudos que mencionam esta variável são consensuais ao mencionar que a maioria das mulheres agressoras encontrava-se empregada no momento do crime com uma percentagem que varia entre os 57.1% e os 71.6% (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Kim & Titterington, 2009). Apenas no estudo de Sebire (2015) a maioria da sua amostra foi classificada como desempregada, doméstica ou reformada, acrescentando ainda que ambos os elementos do casal encontravam-se maioritariamente desempregados seguindo-se como mais comum a agressora encontrar-se desempregada e a vítima empregada. Por sua vez, o estudo de Kim e Titterington (2009), que procurou comparar as mulheres que recorrem à violência letal e

mulheres que se encontram em casas de abrigo, revela que o facto de a agressora ter um emprego diminui a probabilidade de cometer homicídio contra o seu parceiro íntimo em cerca de 3.817 vezes. Este estudo concluiu também que as mulheres condenadas pertencentes à sua amostra têm menor escolaridade e menores rendimentos económicos do que as mulheres em casa de abrigo concluindo que estes resultados podem estar relacionados com o facto destas mulheres desconhecerem ou terem acesso reduzido a recursos sociais, económicos e legais que podiam evitar o recurso à violência letal (Kim & Titterington, 2009).

### **Variáveis socioculturais**

Quanto às normas patriarcais aceites por estas mulheres, o grupo das homicidas apresentam maior suporte destas crenças quando comparadas com as mulheres em casas de abrigo (Kim & Titterington, 2009). De acordo com Adinkrah (2000) as diferenças de género na socialização contribuem de uma forma geral para a subordinação das mulheres, resultando não só nas baixas taxas de criminalidade mas também na constrição da manifestação de comportamentos agressivos contra os homens de uma forma geral e no caso dos relacionamentos íntimos em particular. As mulheres são encorajadas a demonstrar uma postura cooperante, respeitadora, gentil e de fácil trato verificando-se uma socialização direcionada para a subserviência para com os homens. Neste sentido, observa-se que o uso das agressões para com a mulher é utilizado para reforçar as normas patriarcais e para preservar a autoridade do homem no contexto da estrutura familiar (Adinkrah, 2000). De acordo com Kim e Titterington (2009) a existência de um maior suporte de normas patriarcais aumenta a probabilidade destas mulheres recorrerem à violência letal em cerca de 1.278 vezes, comparativamente com as mulheres menos conformadas com estas normas.

A investigação de Dawson e colaboradores (2009) procurou analisar que alterações sociais ocorreram de forma a que o declínio dos homicídios no contexto de relacionamentos íntimos tivesse ocorrido. Desta forma, estes autores concluíram que o ‘gap’ entre a

empregabilidade feminina e a masculina diminuiu, tornando as mulheres financeiramente mais independentes, com mais capacidades para sair de uma relação abusiva ou a ser mais seletiva na escolha dos parceiros. Adicionalmente, mencionam ainda que a elevada taxa de divórcio, por diminuir a censurabilidade do mesmo, permite mais facilmente que as mulheres abandonem relações abusivas e que, desta forma, não necessitem de utilizar a violência letal.

Numa outra perspetiva de influência sociocultural, o estudo de Alves (2015) analisou de que forma as notícias de jornal podem influenciar a opinião pública. Conclui assim que, comparativamente com as notícias acerca de homicídios cometidos por homens, as que são disseminadas em relação às mulheres são mais curtas e são raras as referências à penalização atribuída. As notícias acerca da população feminina tendem ainda a focar o carácter individual de cada mulher salientando a sua natureza esporádica e pouco relevante para o fenómeno da violência no contexto da intimidade e mais especificamente no homicídio, ocorrendo maioritariamente na sequência de longos períodos de vitimação culminando no homicídio do companheiro. Por sua vez, em notícias onde a mulher é mais culpabilizada verificou-se uma tendência para salientar a transgressão das normas de género feminino aproximando-as do género masculino.

### **História Familiar**

Apenas dois estudos fazem referência ao historial familiar relacionado com violência sendo que um foca-se na história familiar das agressoras e o outro das vítimas. Quanto às agressoras, das 60 participantes, 10 reportam a existência de violência doméstica entre os progenitores durante a sua infância e 18 referem abusos perpetrados pela progenitora, progenitor ou outros membros da família (Pretorius & Botha, 2006). Quanto às vítimas de homicídio, em 38.1% da amostra foi possível determinar a existência de violência familiar sendo que, 11.9% foram vítimas e 26.2% agressores, por sua vez 21.4% não se verificou

evidências da existência de violência familiar e não foi possível determinar em 40.5% dos casos (Bourget & Gagné, 2012).

### **História Clínica e de Consumo de Substâncias**

No que respeita a problemas psiquiátricos das vítimas, os estudos revelam que entre 8.8% e 16.7% dos casos foi possível verificar a existência de registos de psicopatologia (Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015), não tendo sido possível determinar em 61.9% das situações (Bourget & Gagné, 2012). Relativamente às ofensoras, entre 29.4% e 94.7% da amostra apresentava problemas de saúde mental (Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015) sendo que, no estudo de Bourget e Gagné (2012) a informação acerca de problemas de saúde mental apenas estava disponível em 45.2% da amostra. Relativamente às perturbações observadas 47.5% apresentavam psicopatologia relacionada com intoxicação aguda, 31.6% perturbação depressiva major, 5.3% esquizofrenia e 10% outras não especificadas (Bourget & Gagné, 2012). Adicionalmente, o estudo de Sebire (2015) refere que, em 21% dos casais, ambos apresentavam problemas de saúde mental, em 70% nenhum dos dois apresentava indicadores e em nenhum caso se verificou a presença de psicopatologia na agressora e a sua ausência na vítima (Sebire, 2015).

Quanto a problemas de saúde física duradouros ou incapacitantes tais como problemas cardíacos crónicos, hipertiroidismo ou doenças degenerativas, foi verificado em 63.6% das agressoras sendo esta a única referência a este parâmetro no total dos estudos selecionados (Bourget & Gagné, 2012).

Relativamente à história de consumo de substâncias, 55% das agressoras reportam a inexistência de consumos seguido de 32% que referem consumos muito frequentes. Por sua vez 78% reportam que os seus companheiros/vítimas apresentavam consumos muito frequentes sendo que, 13% revela que os consumos por parte de ambos terão contribuído para as situações de conflitos intrafamiliar (Pretorius & Botha, 2006). Em concordância com estes

resultados, um outro estudo que também faz referência ao histórico de consumo de substâncias menciona que 50% das vítimas analisadas apresentavam indicadores de história de consumos não tendo sido possível determinar em 28.5% dos casos (Bourget & Gagné, 2012).

### **História Relacional Vítima-Agressora**

No que concerne ao estado civil, dois estudos empíricos foram desenvolvidos no contexto de relacionamentos conjugais não fazendo referência ao número de anos em que permaneceriam no matrimónio (Adinkrah, 2000, 2008). No estudo de Kim e colaboradores (2009) 50.5% das agressoras tinha mantido uma relação de namoro durante menos de seis meses, 26.3% entre seis meses e um ano e 23.2% um ano ou mais e, no momento do crime 76.8% estavam casadas com as vítimas. Em média, estas mulheres casam com 25.61 anos e até ao momento do crime passaram em média 21.62 anos. A amostra de Sebire (2015) é maioritariamente de namorados e apenas 26.5% são casados sendo que, em 79.5% o relacionamento encontra-se intacto e em 20.5% encontram-se separados no momento do crime estando em média 5.4 anos no relacionamento (Sebire, 2015).

Por sua vez, o estudo de Mouzos e Shackelford (2004), que analisa as características dos homicídios consoante o estado civil, chegou à conclusão que os homens que se encontram em união de facto com as agressoras apresentam maior risco de serem mortos comparativamente com os homens casados (Mouzos & Shackelford, 2004).

### **História Criminal**

No estudo de Bourget e Gagné (2012), de um total de 42 vítimas, 15 (35.7%) cometeram um ou mais atos de violência física em ambiente doméstico e não doméstico e 12 (28.6%) não têm qualquer registo, não tendo sido possível apurar em 15 vítimas (Bourget & Gagné, 2012).

Relativamente ao historial criminal, verifica-se uma associação estatisticamente significativa entre o homicídio no contexto de relacionamentos de intimidade e a presença de condenações quer nas agressoras como nas suas vítimas. Desta forma, observa-se que, no estudo de Sebire (2015) 53% das vítimas e 38% das agressoras tinham registos de condenações na vida adulta sendo que, em 45% dos casos ambos os intervenientes não tinham registos de condenações anteriores, em 39% ambos tinham registos, em 16% apenas a vítima tinha e em nenhum caso se verificou apenas a agressora com registo de condenações prévias (Sebire, 2015). Contrariamente, Bourget e Gagné (2012) na sua amostra, apuraram que 82.7% das agressoras não teve qualquer contacto com o sistema de justiça. Não obstante quando se verifica este contacto prévio, em 10.3% da amostra relacionava-se com comportamentos violentos (Bourget & Gagné, 2012).

### **Características dos crimes**

#### ***Local onde ocorreu o crime.***

Apenas dois estudos fazem referência à localização onde ocorreram os homicídios. De acordo com a amostra de Adinkrah (2008) todos os crimes ocorreram em áreas rurais ou semi-urbanas e nenhum ocorreu nas áreas metropolitanas. Mais especificamente, ambos os estudos fazem referência a localizações com percentagens semelhantes sendo que, 83% ocorreram na residência em ambos os estudos (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012) e em locais público varia entre os 16.7% (Adinkrah, 2008) e os 2.4% (Bourget & Gagné, 2012).

#### ***Modus Operandi.***

Relativamente ao método utilizado para cometer o crime, com maiores percentagens entre os estudos analisados, surge o recurso à arma de fogo entre 20% e 61.6% das amostras, às armas brancas entre 32.3% e 66.7%, o envenenamento entre os 0.1% e os 42%, o espancamento entre os 0.5% e os 16.7% e a utilização de objetos contundentes entre os 1.3%

e os 17% (Adinkrah, 2008; Alves, 2015; Bourget & Gagné, 2012; Mize et al., 2009; Pretorius & Botha, 2006).

No que concerne à existência de dolo no momento dos crimes, apenas dois estudos analisaram este parâmetro sendo que, Adinkrah (2008) apurou que na maioria dos casos estudados o homicídio foi voluntário e premeditado e, mais especificamente, em oito destes verificou-se que foram planejados e executados meticulosamente. Adicionalmente, em todos os casos as vítimas encontravam-se com menor capacidade de resistência no momento do crime, quer por se encontrarem a dormir, com patologias ou através de envenenamento simulado na comida, tendo sido designadas estas vítimas como ‘latentes’ ou ‘predispostas’ (Adinkrah, 2008). Já no estudo de Bourget e Gagné (2012) em apenas 20 dos 42 casos analisados foi possível determinar a existência de intenção prévia sendo que em 45% destas mulheres verificou-se a presença de intencionalidade.

Entre os artigos empíricos estudados surge ainda a associação da agressora com outro homem para cometer os crimes. Na amostra do estudo de Adinkrah (2008) em dois casos, num total de 12, as homicidas cometeram o crime em colaboração com outro homem quer no planejamento como na execução e no estudo de Pretorius e Botha (2006), 23 mulheres, num total de 60, recorreram a uma terceira pessoa para o cometimento do homicídio tais como desconhecidos, empregados do companheiro, amigos, filhos, familiares e ainda um assassino contratado. De acordo com esta última investigação estas mulheres tendem a ter um nível educacional mais elevado e maior probabilidade de terem sido violadas quando comparadas com mulheres com um nível educacional inferior. Adicionalmente, diferem significativamente no que concerne ao tipo de relacionamento no momento do crime, sendo que 73.9% eram casadas e 37.8% coabitavam com a vítima, e quanto ao tipo de arma utilizada sendo que 55.6% das mulheres que envolveram uma terceira parte utilizaram uma arma de fogo e 77.8% das mulheres que cometeram o crime sozinhas utilizaram armas brancas,

envenenamento, estrangulamento ou a inceneração. Os autores levantam ainda uma possível explicação para o recurso a outro homem, defendendo que poderá promover o distanciamento psicológico do cometimento do crime (Pretorius & Botha, 2006).

A presença de substâncias no momento do homicídio foi também um parâmetro analisado por dois estudos. Na amostra do estudo de Sebire (2015) todos os participantes, agressoras e vítimas, encontravam-se sob o efeito de álcool e/ou substâncias psicotrópicas. Quanto às vítimas, 56% acusaram a presença de álcool no sangue *most mortem* sendo que 52% tinham mais de 32mg de álcool por 100mL de sangue e 30.8% acusaram a presença de drogas. Relativamente às agressoras, verifica-se que 33% das mulheres tinham valores de álcool no sangue acima do permitido por lei no momento do cometimento do crime, entre 110 mg e 288 mg por 100ml de sangue assim como 29% das mulheres acusaram positivo para a presença de drogas no sangue como cannabis e cocaína. Adicionalmente, em 15% foram encontradas misturas de álcool e outras drogas (Sebire, 2015). Também no estudo de Bourget e Gagné (2012) 50% das agressoras encontrava-se sob o efeito de substâncias no momento do crime sendo que, 38.1% tinha consumido álcool, 9.5% apresentava uma combinação de substâncias, não tendo sido possível determinar em 9.2% dos casos.

### ***Motivação.***

Relativamente à motivação, cinco estudos analisam este parâmetro sendo que dois destes seguem uma abordagem feminista. O estudo de (Kirkwood, 2003) conclui que as mulheres matam os seus companheiros como resposta a várias formas de abuso, na maior parte dos casos físico durante longos períodos, entre 10 a 30 anos. Enquanto que muitas destas mulheres cometem o homicídio de forma espontânea na sequência de uma agressão, os resultados mostram que nas relações mais duradouras verifica-se uma tendência para o planeamento e para tentativas de ocultação do incidente bem como para o envolvimento de outros membros da família no homicídio. Não obstante, esta autora refere ainda, que o

homicídio ocorre na sequência de abusos não físicos como o baixo suporte parental e durante a gravidez, ocorrendo em 15% dos casos, verificando-se também que os abusos estendem-se aos filhos.

Em cerca de metade dos casos em que o homicídio ocorre na sequência de comportamentos violentos por parte do companheiro, o relacionamento entre ambos era relativamente curto. Nestes casos o homicídio ocorre como resposta ao primeiro episódio violento. Refere-se ainda que, em muitos casos, os parceiros não foram violentos no momento imediatamente antes do cometimento do crime, no entanto, no entendimento desta autora, a história de violência e as múltiplas ameaças de morte instalaram um sentimento de medo de que as ameaças se concretizassem. Conseqüentemente, estas mulheres abandonaram ou tentaram abandonar as relações em várias ocasiões através de ajuda formal (i.e. polícia) e informal (i.e. família e amigos) tendo sido impedidas pelos parceiros abusivos, o que aumentou o sentimento de impotência em acabar com o seu sofrimento. Em apenas dois casos da amostra não se verificam registros de existência de violência e não se verificou em nenhum caso a existência de violência prévia por parte destas mulheres (Kirkwood, 2003). Na mesma linha aponta o estudo português que refere que o homicídio por legítima defesa, na sua amostra, é exclusivo das mulheres e ocorre em cerca de 40% dos casos, seguindo-se as motivações relacionadas com violência conjugal (13.3%), na sequência de uma discussão (26.7%) e ainda por ciúme/fim da relação (20%) (Alves, 2015).

No estudo de Pretorius e Botha (2006), também os comportamentos abusivos para com a mesmas ou contra os seus filhos e ainda os relacionamentos extraconjugais, surgem como as motivações mais mencionadas. Os tipos de violência mais comum reportados pelas participantes ao longo das suas relações amorosas são a emocional, verbal, física, sexual e económica. Por outro lado, como menos referenciadas surgem as ameaças de divórcio, a

existência de relacionamentos extraconjugais das próprias agressoras e dificuldades económicas (Pretorius & Botha, 2006).

Bourget e Gagné (2012), de acordo com a amostra do seu estudo, e acerca da existência prévia de violência por parte do companheiro/vítima, concluem que, independentemente do homicídio ter ocorrido num contexto de violência doméstica ou não, 26.2% das mulheres que cometeram o crime já tinham sofrido de violência por parte do companheiro que mataram, 21.4% não foram vítimas e desconhece-se a sua existência em 40.5% dos casos (Bourget & Gagné, 2012). Quanto à amostra de Adinkrah (2008) 25% planearam e cometeram o crime em consequência da intenção por parte da vítima em casar com outra mulher, 25% cometeram em conjunto com o homem com quem mantinham uma relação extraconjugal com o objetivo de prosseguirem com este relacionamento, 25% encontra-se relacionado com legítima defesa perante uma violação e ainda, nos restantes 25% como resposta a sentimentos de humilhação pública por parte do cônjuge, agredindo-os e levando à sua morte (Adinkrah, 2008).

O estudo de Kim e Titterington (2009) que comparou um grupo de mulheres que se encontrava em casa abrigo devido aos maus tratos infligidos pelos seus companheiros com um grupo de mulheres condenadas pelo homicídio dos mesmos, concluiu que, ao nível dos comportamentos violentos perpetrados pelos companheiros, as mulheres do primeiro grupo reportam experiências mais sérias de abuso físico e psicológico do que as do segundo. Estes resultados podem indicar que, para uma porção destas mulheres podem ter-se verificado outras razões para o cometimento do homicídio que não estejam relacionadas com a experiência de vitimação.

No que concerne a comportamentos suicidas após o homicídio, apenas dois estudos fazem referência sendo que, na investigação de Adinkrah (2008) nenhuma das participantes apresentou indicadores de tentativas de suicídio ou suicídios consumados e no estudo de Bourget e Gagné (2012) apenas 14.3% tentaram o suicídio após o homicídio tendo sido bem

sucedidos em 66.7%. Adicionalmente apenas uma mulher deixou uma carta a explicar as suas ações (Bourget & Gagné, 2012).

Quanto à pena aplicada pelo crime cometido, em apenas um estudo foi conhecida em dois dos casos e ambas as agressoras foram condenadas com pena de morte (Adinkrah, 2008).

### **Principais Limitações e Considerações para Investigações Futuras**

Quanto às principais limitações apontadas pelos estudos empíricos analisados, uma vez que a maioria recorreu a bases de dados nacionais e a documentos oficiais, os estudos são consensuais e salientam a informação parca acerca de variáveis tais como um registo não sistemático de dados sociodemográficos (Kirkwood, 2003) e a pena aplicada à agressora (Adinkrah, 2008). Em estudos que utilizaram participantes salientam-se principalmente a dificuldade em aceder à população, as dificuldades linguísticas e a desejabilidade social das respostas fornecidas (Pretorius & Botha, 2006). Destaca-se ainda o estudo de Kim e Titterington (2009) que apenas utilizou informação acerca das agressoras, apontando esta metodologia como sendo também uma limitação.

No que concerne às considerações para investigações futuras menciona-se a importância de aumentar o número de participantes analisados, de realizar estudos qualitativos acerca dos dados biográficos, de realizar estudos comparativos entre o homicídio cometido no contexto de relacionamentos íntimos e noutros contextos (Pretorius & Botha, 2006), de analisar de que forma os fatores de risco já conhecidos operam quando as mulheres são as agressoras (Mouzos & Shackelford, 2004) e ainda de perceber qual o papel dos abusos durante a infância na probabilidade de cometer homicídio contra os seus parceiros íntimos (Kim & Titterington, 2009).

### **Estudos Teóricos**

O estudo teórico de Serran e Firestone (2004) tem como objetivo diferenciar os homicídios cometidos por homens dos homicídios cometidos por mulheres tendo desta forma

analisado os estudos empíricos que suporta a teoria da propriedade masculina como motivação subjacente aos femicídios e os estudos empíricos que suportam a teoria da legítima defesa relativamente aos homicídios cometidos por mulheres. Conclui desta forma que os homicídios cometidos por mulheres ocorrem no contexto de violência no seio relacional e que esta não confia que o sistema de justiça a possa proteger devido à legitimação de uma sociedade patriarcal que legitima a violência e controlo sobre a mulher.

Também o estudo de Saunders (2002) procura obter explicações acerca do comportamento violento feminino analisando estudos empíricos que permitam perceber o que está na origem deste comportamento. À semelhança da revisão teórica anterior, concluiu que as mulheres tendem a utilizar a violência por legítima defesa com mais frequência do que os homens especialmente em casos severos de violência por parte do parceiro necessitando de maiores apoios sociais devido à maior gravidade dos danos que advém de uma situação violenta.

### **Discussão**

O estudo acerca das mulheres que cometem homicídio contra os seus parceiros íntimos tem vindo a desenvolver-se ao longo dos anos, embora de forma menos pronunciada do que no caso do estudo dos femicídios sendo que, um grande corpo de literatura desenvolve estudos comparativos entre sexos de forma a analisar as diferenças e semelhanças (e.g. Alves, 2015; Myrna Dawson, 2009; Mize et al, 2009; Sebire, 2015).

A nível metodológico verifica-se uma prevalência dos estudos descritivos bem como o recurso a documentos oficiais ou a bases de dados policiais sendo destacado pelos autores e visível através da análise dos diversos estudos, que existe uma grande quantidade de informação que não está presente de forma sistemática e que conseqüentemente torna difícil o estudo detalhado do fenómeno (e.g. Bourget & Gagné, 2012; Mize et al., 2009; Mouzos & Shackelford, 2004; Sebire, 2015).

Quanto às características salientadas pelas investigações, estas agressoras tendem a ter entre os 35 e os 40 anos (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015) e a serem, de uma forma geral, mais novas do que as suas vítimas (Sebire, 2015). Em termos de distribuição étnica, verifica-se uma concordância entre a agressora e a vítima, verificando-se o mesmo padrão no que concerne ao estatuto socioeconómico baixo (Adinkrah, 2008; Sebire, 2015). Verifica-se uma consensualidade quanto à empregabilidade destas mulheres no momento do crime (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Kim & Titterington, 2009) e, apesar dos níveis de escolaridade baixos, são alguns os estudos que mencionam que uma maior escolarização, quer nos homens como nas mulheres, funciona como um fator protetor ao diminuir a probabilidade de recurso à violência letal (e.g. Dawson et al., 2009; Kim & Titterington, 2009). As investigações apontam ainda para a existência de história prévia de abusos na família de origem destas mulheres (Pretorius & Botha, 2006).

Os estudos não são consensuais no que concerne à presença de perturbações psicopatológicas sendo no entanto difícil de apurar a real prevalência devido à ausência de informação (Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015). Apenas um estudo menciona as incapacidades físicas graves estando presentes na maioria das agressoras (Bourget & Gagné, 2012) sendo também o consumo de substâncias, quer por parte da agressora como pela sua vítima (Bourget & Gagné, 2012; Pretorius & Botha, 2006).

Também em relação à história criminal, os estudos divergem sendo que, por um lado é referida a associação estatisticamente significativa entre os contactos com o sistema de justiça quer pela agressora quer pela sua vítima e o homicídio no contexto da conjugalidade (Sebire, 2015) e por outro a sua ausência em cerca de 80% das agressoras (Bourget & Gagné, 2012).

Relativamente às características dos homicídios, a grande maioria ocorre em espaços privados tais como a residência dos intervenientes (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012) surgindo como mais prevalente a utilização de armas de fogo e armas brancas (e.g. Adinkrah,

2008; Alves, 2015; Bourget & Gagné, 2012), bem como a presença de intencionalidade no ato (Bourget & Gagné, 2012).

Surge também nas investigações o grupo específico de ofensoras que utiliza uma terceira pessoa para cometer o homicídio. Neste contexto a maioria das agressoras era casada com a vítima e tendem a ter um nível de escolaridade superior. Também a forma como cometem o crime difere das restantes, utilizando maioritariamente uma arma de fogo (Adinkrah, 2008; Pretorius & Botha, 2006).

De uma forma geral, nas amostras dos estudos que mencionaram a presença de substâncias no organismo, foram consensuais em referir que ambos os intervenientes se encontravam sob o seu efeito, sendo comum também a presença de álcool e outras substâncias em conjunto (Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015). Adicionalmente verifica-se também que, após o cometimento do crime, os comportamentos suicidas são pouco frequentes (Bourget & Gagné, 2012).

Verifica-se uma divergência entre os resultados dos estudos no que concerne às motivações associadas aos homicídios sendo que os estudos que seguem uma perspetiva feminista tendem a concluir que a sua ocorrência advém de uma história de violência por parte da vítima/companheiro e por isso considerados como sendo homicídios por legítima defesa (e.g. Kirkwood, 2003; Pretorius & Botha, 2006; Saunders, 2002). Surgem, por outro lado, estudos que mencionam que, de uma forma geral as agressões violentas por parte dos companheiros/vítimas são mais extremas na população de mulheres que se encontra em casa abrigo referindo as autoras que poderá haver uma outra motivação em causa (Kim & Titterington, 2009).

Quanto às penas aplicadas a estas agressoras, apenas um estudo faz referência e a apenas dois casos da sua amostra tendo sido aplicada a pena de morte (Adinkrah, 2008).

Por fim, as limitações dos estudos são visíveis e assinaladas pelos próprios autores, salientando principalmente a falta de informação nos documentos oficiais e bases de dados policiais, bem como a dificuldade de acesso à amostra (e.g. Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Kim & Titterington, 2009; Sebire, 2015).

### **Conclusão**

Com base nos resultados apresentados, verifica-se a existência de diversas questões que necessitam de uma análise mais aprofundada uma vez que os estudos acerca das mulheres que cometem homicídio contra os seus parceiros estão longe de ser consensuais entre eles.

Os estudos acerca desta temática são maioritariamente desenvolvidos por investigadores dos EUA sendo também importante salientar os estudos desenvolvidos em sociedades não ocidentais de forma a tentar compreender o fenómeno de forma mais abrangente. Relativamente ao design das investigações, são principalmente de carácter descritivo e comparativo e remetem para informação passada sendo retrospectivos e transversais. Quanto à amostra, todos os estudos são compostos por amostras de conveniência e do contexto forense tendo sido recolhida informação através de entrevistas, documentos oficiais e notícias de jornal.

De acordo com os artigos científicos selecionados, é consensual que as mulheres que cometem homicídio contra os seus parceiros íntimos tendem a encontrar-se entre na faixa etária entre os 30 e os 40 anos de idade e a serem mais novas que as suas vítimas/companheiros bem como a pertencerem ao mesmo grupo étnico e classe socioeconómica. Ambos os intervenientes apresentam história de violência durante a infância e adolescência, de perturbações psicopatológicas e de consumo de substâncias. A esmagadora maioria dos homicídios ocorreu em espaço privado (e.g., residência), as armas mais utilizadas para cometer o crime foram armas de fogo e armas brancas, uma parte que merece consideração cometeu o crime com ajuda de terceiros e ambos os intervenientes encontravam-

se sob o efeito de substâncias. No entanto, não se verifica uma consensualidade quanto à informação acerca da escolaridade, do estatuto profissional e história criminal.

Relativamente às motivações, apesar de, até certo ponto, ser consensual que as agressoras, em algum momento do seu relacionamento foram vítimas de violência por parte do companheiro/vítima, não se verifica o mesmo em relação ao momento do crime. Não obstante, é inegável a presença de violência por parte da vítima/companheiro quer seja no passado como no momento imediatamente antes do crime, podendo revelar neste último caso uma ação de legítima defesa por parte da homicida.

A informação acerca das decisões judiciais foi quase nula sendo este um dos aspetos a considerar em investigações futuras. Adicionalmente, considera-se pertinente a realização de estudos comparativos entre homens e mulheres que cometem homicídio no contexto dos relacionamentos íntimos efetuando uma análise de ambos os sexos separadamente de forma a compreender realmente que semelhanças e diferenças existem. Por fim, destaca-se também a necessidade de compreensão da forma como os fatores de risco de reincidência da violência identificados na literatura internacional se aplicam a este contexto específico de agressoras.

## Referências

- Adinkrah, M. (2000). Female-perpetrated spousal homicides: The case of Fiji. *Journal of Criminal Justice*, 28(2), 151–161. [http://doi.org/10.1016/S0047-2352\(99\)00035-5](http://doi.org/10.1016/S0047-2352(99)00035-5)
- Adinkrah, M. (2008). Spousal homicides in contemporary Ghana. *Journal of Criminal Justice*, 36, 209–216. <http://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.04.002>
- Agra, C., Quintas, J., Sousa, P., & Leite, A. (2015). *Decisões judiciais em matéria de homicídios conjugais: Estudo de sentencing* (Unpublished doctoral dissertation). Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto. Retrieved from <http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibimg.aspx?skey=0CB2B43300954DDA8257A2512063D3DD&doc=96180&img=139839>
- Alves, B. R. C. (2015). *Homicídio nas relações de intimidade: A construção mediática do crime em homens e mulheres* (Unpublished doctoral dissertation). Universidade do Minho, Minho. Retrieved from [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38609/1/Bruno Ricardo Castro Alves.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38609/1/Bruno%20Ricardo%20Castro%20Alves.pdf)
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651–680. <http://doi.org/10.1037/0033-2909.126.5.651>
- Belknap, J., Larson, D. L., Abrams, M. L., Garcia, C., & Anderson-Block, K. (2012). Types of intimate partner homicides committed by women: Self-defense, proxy/retaliation, and sexual proprietariness. *Homicide Studies*, 16(4), 359–379. <http://doi.org/10.1177/1088767912461444>
- Bjorkqvist, K. (1994). Sex differences in physical, verbal, and indirect aggression: A review of recent research. *Sex Roles*, 30(3/4), 177–188.
- Bourget, D., & Gagné, P. (2012). Women who kill their mates. *Behavioral Sciences & the*

*Law*, 30, 598–614.

Canadian Centre for Justice Statistics. (2015). *Family violence in Canada : A statistical profile, 2013*.

*Códigos Penal e de Processo Penal e Legislação Complementar*. (2015) (7<sup>a</sup> Ed). Quid Juris?

Cross, C. P., & Campbell, A. (2011). Women's aggression. *Aggression and Violent Behavior*, 16(5), 390–398. <http://doi.org/10.1016/j.avb.2011.02.012>

Cussen, T., & Bryant, W. (2015). *Research in practice: Domestic/ family homicide in Australia*.

Dawson, M., Bunge, V., & Balde, T. (2009). National trends in intimate partner homicides: Explaining declines in Canada , 1976 to 2001. *Violence Against Women*, 15(3), 276–306.

DeJong, C., Pizarro, J. M., & McGarrell, E. F. (2011). Can situational and structural factors differentiate between intimate partner and “other” homicide? *Journal of Family Violence*, 26, 365–376. <http://doi.org/10.1007/s10896-011-9371-7>

Direção-Geral da Política de Justiça. (2016). Condenações por homicídio conjugal em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais de 1<sup>a</sup> instância (2007-2015). *Boletim de Informação Estatística*, (45).

Eatough, V., Smith, J. A., & Shaw, R. (2008). Women, anger, and aggression: An interpretative phenomenological analysis. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(12), 1767–1799.

Goldenson, J., Spidel, A., Greaves, C., & Dutton, D. (2009). Female perpetrators of intimate partner violence: Within-group heterogeneity, related psychopathology, and a review of current treatment with recommendations for the future. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18(7), 752–769. <http://doi.org/10.1080/10926770903231791>

Häkkinen-Nyholm, H., Putkonen, H., Lindberg, N., Holi, M., Rovamo, T., & Weizmann-Henelius, G. (2009). Gender differences in Finnish homicide offence characteristics.

*Forensic Science International*, 186, 75–80.

<http://doi.org/10.1016/j.forsciint.2009.02.001>

Hellen, F., Lange-Asschenfeldt, C., Ritz-Timme, S., Verhülsdonk, S., & Hartung, B. (2015).

How could she? Psychosocial analysis of ten homicide cases committed by women.

*Journal of Forensic and Legal Medicine*, 36, 25–31.

<http://doi.org/10.1016/j.jflm.2015.08.007>

Hines, D. A., & Douglas, E. M. (2009). Women's Use of Intimate Partner Violence against

Men: Prevalence, Implications, and Consequences. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18(6), 572–586. <http://doi.org/10.1080/10926770903103099>

Hodell, E. C., Wasarhaley, N. E., Lynch, K. R., & Golding, J. M. (2014). Mock juror gender

biases and perceptions of self-defense claims in intimate partner homicide. *Journal of*

*Family Violence*, 29(5), 495–506. <http://doi.org/10.1007/s10896-014-9609-2>

Jackson, M. A., Sippel, L. M., Mota, N., Whalen, D., & Schumacher, J. A. (2015). Borderline

personality disorder and related constructs as risk factors for intimate partner violence  
perpetration. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 95–106.

<http://doi.org/10.1016/j.avb.2015.04.015>

Jordan, C. E., Clark, J., Pritchard, A., & Charnigo, R. (2012). Lethal and other serious

assaults: Disentangling gender and context. *Crime & Delinquency*, 58(3), 425–455.

<http://doi.org/10.1177/0011128712436412>

Kim, B., & Titterington, V. B. (2009). Abused South Korean women: a comparison of those

who do and those who do not resort to lethal violence. *International Journal of Offender  
Therapy and Comparative Criminology*, 53(1), 93–112.

<http://doi.org/10.1177/0306624X07312772>

Kirkwood, D. (2003). Female perpetrated homicide in Victoria between 1985 and 1995.

*Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 36(2), 152–172.

<http://doi.org/10.1375/acri.36.2.152>

- Mize, K. D., Shackelford, T. K., & Shackelford, V. A. (2009). Hands-on killing of intimate partners as a function of sex and relationship status/state. *Journal of Family Violence*, 24(7), 463–470. <http://doi.org/10.1007/s10896-009-9244-5>
- Mouzos, J., & Shackelford, T. K. (2004). A comparative, cross-national analysis of partner-killing by women in cohabiting and marital relationships in Australia and the United States. *Aggressive Behavior*, 30(3), 206–216. <http://doi.org/10.1002/ab.20018>
- Pizarro, J. M., DeJong, C., & McGarrell, E. F. (2010). An examination of the covariates of female homicide victimization and offending. *Feminist Criminology*, 5(1), 51–72. <http://doi.org/10.1177/1557085109354044>
- Pretorius, H. G., & Botha, S. A. (2006). The cycle of violence and abuse in women who kill an intimate male partner : A biographical profile. *South African Journal of Psychology*, 39(2), 242–252. <http://doi.org/10.1177/008124630903900209>
- Roberts, D. W. (2009). Intimate partner homicide: Relationships to alcohol and firearms. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 25(1), 67–88.
- Salmivalli, C. (2004). “Female aggression” revisited: Variable- and person-centered approaches to studying gender differences in different types of aggression. *Aggressive Behavior*, 30, 158-163. <http://doi.org/10.1002/ab.20012>
- Saunders, D. G. (2002). Are physical assaults by wives and girlfriends a major social problem?: A review of the literature. *Violence Against Women*, 8(12), 1424–1448. <http://doi.org/10.1177/107780102237964>
- Sebire, J. (2015). The value of incorporating measures of relationship concordance when constructing profiles of intimate partner homicides: A descriptive study of IPH committed within London, 1998-2009. *Journal of Interpersonal Violence*, 1–25. <http://doi.org/10.1177/0886260515589565>

- Serran, G., & Firestone, P. (2004). Intimate partner homicide: A review of the male proprietariness and the self-defense theories. *Aggression and Violent Behavior, 9*(1), 1–15. [http://doi.org/10.1016/S1359-1789\(02\)00107-6](http://doi.org/10.1016/S1359-1789(02)00107-6)
- Sistema de Segurança Interna. (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Retrieved from [http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30\\_relat\\_rio\\_anual\\_seguran\\_a\\_interna.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relat_rio_anual_seguran_a_interna.pdf)
- Sistema de Segurança Interna. (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Retrieved from [http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327\\_RASI\\_2012\\_versão\\_final.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI_2012_versão_final.pdf)
- Sistema de Segurança Interna. (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Retrieved from [http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI\\_2013.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI_2013.pdf)
- Sistema de Segurança Interna. (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Retrieved from <http://www.portugal.gov.pt/media/6877606/20150331-rasi-2014.pdf>
- Sistema de Segurança Interna. (2016). *Relatório Anual de Segurança Interna*. Retrieved from <http://www.portugal.gov.pt/pm/documentos/20160331-pm-rasi.aspx>
- Yourstone, J., Lindholm, T., & Kristiansson, M. (2008). Women who kill: A comparison of the psychosocial background of female and male perpetrators. *International Journal of Law and Psychiatry, 31*(4), 374–383. <http://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.06.005>

**Artigo II - Mulheres que Cometem Homicídio contra os Seus Parceiros Íntimos: Estudo  
Empírico**

## MULHERES QUE COMETEM HOMICÍDIO CONTRA OS SEUS PARCEIROS ÍNTIMOS: ESTUDO EMPÍRICO

### Resumo

O objetivo do presente trabalho é caracterizar a população feminina que comete homicídio contra o seu parceiro íntimo em Portugal. Os dados utilizados foram recolhidos de oito casos de homicídio através de consulta processual recorrendo a uma metodologia qualitativa. Os principais resultados indicam que as agressoras tendem a encontrar-se no desemprego e a deterem escolaridade intermédia e as suas vítimas a estarem empregadas. Os principais fatores de risco identificados nas homicidas foi a história de violência contra membros da família e contra estranhos ou conhecidos bem como antecedentes psiquiátricos e problemas de emprego. Quanto aos fatores de vulnerabilidade da vítima destacam-se os problemas relacionados com o consumo de substâncias. O relacionamento entre ambos foi marcado por separações prévias motivadas por comportamentos violentos exercidos contra as agressoras por parte dos seus companheiros/vítimas. Não obstante, no momento do crime não se encontravam em processo de separação. As agressoras efetuaram denúncias por violência em dois casos e os tipos mais comuns são a violência psicológica, física e verbal. Relativamente ao crime, de uma forma geral as agressoras cometeram o homicídio na residência de ambos, não provocaram outras vítimas, utilizaram armas brancas e não se encontravam sob o efeito de substâncias. As principais motivações apontadas estavam relacionadas com episódios de discussão e de violência perpetrada pela vítima. Quando às sentenças e condenações verificam-se menos gravosas nos casos onde se verificou a presença de violência por parte da vítima contra a agressora comparativamente com os casos onde não se registou violência imediatamente prévia ao homicídio.

**Palavras-chave:** Homicídios cometidos por mulheres; Homicídios no contexto das relações de intimidade; fatores de risco; prevalência

## Introdução

A literatura internacional é consensual ao considerar que o homicídio cometido por mulheres ocorre mais frequentemente no contexto familiar e, mais especificamente, no contexto da intimidade (Häkkinen-Nyholm et al., 2009; DeJong, Pizarro, & McGarrell, 2011; Kirkwood, 2003; Mouzos & Shackelford, 2004; Yourstone, Lindholm, & Kristiansson, 2008).

A percentagem de mulheres que mata o seu companheiro atual ou passado é significativamente mais baixa quando comparada com a percentagem do sexo masculino (Kim & Titterington, 2009; Kirkwood, 2003; Mize, Shackelford, & Shackelford, 2009; Pretorius & Botha, 2006; Sebire, 2015), ocorrendo cinco vezes mais neste último grupo (Adinkrah, 2000). Também em Portugal, este tipo de crime é pouco frequente e tem vindo a diminuir ao longo dos anos. No ano de 2013, 16.7% dos condenados por este tipo de homicídio era do sexo feminino e no ano de 2015 esta percentagem diminuiu para os 7.7% (Direção-Geral da Política de Justiça, 2016).

Quanto aos aspetos que podem estar na origem destes homicídios, alguns estudos concluem que as mulheres matam os seus companheiros como resposta a várias formas de abuso, na maior parte dos casos físico durante longos períodos (Alves, 2015; Kirkwood, 2003; Pretorius & Botha, 2006). Enquanto que muitas destas mulheres cometem o homicídio de forma espontânea na sequência de uma agressão, os resultados mostram que, nas relações mais duradouras, verifica-se uma tendência para o planeamento e para tentativas de ocultação do incidente bem como para o envolvimento de outros membros da família no homicídio (Kirkwood, 2003).

Na mesma linha aponta o estudo português de Alves (2015) que refere que o homicídio por legítima defesa, na sua amostra, é exclusivo das mulheres e ocorre em cerca de 40% dos casos, seguindo-se as motivações relacionadas com violência conjugal (13.3%), na sequência de uma discussão (26.7%) e ainda por ciúme/fim da relação (20%) (Alves, 2015).

No estudo de Pretorius e Botha (2006), também os comportamentos abusivos para com a mesmas ou contra os seus filhos e ainda os relacionamentos extraconjugais iniciados pelos companheiros/vítimas, surgem como as motivações mais mencionadas para o cometimento do crime. Os tipos de violência mais comum reportados pelas mulheres homicidas ao longo das suas relações amorosas são a emocional, verbal, física, sexual e económica. Por outro lado, como menos referenciadas surgem as ameaças de divórcio, a existência de relacionamentos extraconjugais das próprias agressoras e dificuldades económicas (Pretorius & Botha, 2006). Quanto à amostra de Adinkrah (2008) 25% planearam e cometeram o crime em consequência da intenção por parte da vítima de casar com outra mulher, 25% cometeram em conjunto com o homem com quem mantinham uma relação extraconjugal com o objetivo de prosseguirem com este relacionamento, 25% encontra-se relacionado com legítima defesa perante uma violação e ainda, nos restantes 25% como resposta a sentimentos de humilhação pública por parte do cônjuge, agredindo-os e levando à sua morte (Adinkrah, 2008).

Não obstante, estas mulheres tendem a apresentar histórias de vitimação por parte do companheiro/vítima (Bourget & Gagné, 2012; Jordan et al., 2012). Bourget e Gagné (2012), de acordo com a amostra do seu estudo, e acerca da existência prévia de violência por parte do companheiro/vítima, concluem que, independentemente do homicídio ter ocorrido num contexto de violência doméstica ou não, 26.2% das mulheres que cometeram o crime já tinham sofrido de violência por parte do companheiro que mataram, 21.4% não foram vítimas e desconhece-se a sua existência em 40.5% dos casos.

De acordo com as investigações internacionais a média de idades das mulheres que matam os seus companheiros encontra-se entre os 30 e os 40 anos (Adinkrah, 2000, 2008; Mouzos & Shackelford, 2004; Pretorius & Botha, 2006; Sebire, 2015). As suas vítimas, por sua vez têm uma idade ligeiramente superior, rondando os 39 e os 47 anos (Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015) sendo a vítima mais velha que a homicida na maioria dos casos (Sebire,

2015). A investigação de Adinkrah (2008) refere que na sua amostra a diferença de idades é em média de 3.9 anos.

Quanto à escolaridade das agressoras, no estudo de Pretorius e Botha (2006) a maior parte das participantes receberam educação ao nível do ensino secundário e no estudo de Kim e Titterington (2009) verifica-se uma média de seis anos de escolaridade. De acordo com estudos acerca do impacto da escolarização, a probabilidade das mulheres cometerem este tipo de crime diminui quanto maior for grau de escolaridade (Dawson, Bunge, & Balde, 2009; Kim & Titterington, 2009) podendo estar relacionado com o desenvolvimento de um melhor entendimento dos papéis da mulher na sociedade, traduzindo-se numa visão menos tradicional e em atitudes mais liberais relativamente aos papéis de género (Dawson et al., 2009).

No que concerne à situação profissional, os estudos são consensuais ao mencionar que a maioria das mulheres agressoras encontrava-se empregada no momento do crime com percentagens que variam entre os 57.1% e os 71.6% (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Kim & Titterington, 2009).

Na história familiar destas mulheres verifica-se uma maior exposição a abusos físicos, psicológicos e experiências traumáticas durante a infância e adolescência, fatores estes que tendem a estar mais presentes na amostra de mulheres homicidas do que na população feminina em geral (Pretorius & Botha, 2006; Yourstone, Lindholm, & Kristiansson, 2008). Quanto às vítimas, o estudo de Bourget e Gagné (2012) identifica em 38.1% da amostra a existência de história de violência familiar durante a infância e adolescência sendo que, 11.9% foram vítimas e 26.2% agressores neste contexto, em 21.4% não se verificou evidências da sua presença e não foi possível determinar em 40.5% dos casos (Bourget & Gagné, 2012).

Os problemas de saúde mental tendem também a surgir nas investigações como sendo um fator importante verificando a sua presença quer na vítima como na agressora. No que respeita a problemas psiquiátricos das vítimas, os estudos revelam que entre 8.8% e 16.7%

dos casos foi possível verificar a existência de registros de psicopatologia (Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015). Relativamente às ofensoras, os dados variam entre 29.4% e 94.7% da amostra com problemas de saúde mental (Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015). O valor elevado no estudo de Bourget e Gagné (2012) pode ser explicado pela ausência de informação em 45.2% da amostra. Relativamente às perturbações observadas 47.5% apresentavam psicopatologia relacionada com intoxicação aguda, 31.6% perturbação depressiva major, 5.3% esquizofrenia e 10% outras não especificadas (Bourget & Gagné, 2012). Adicionalmente, o estudo de Sebire (2015) refere que, em 21% dos casais, ambos apresentavam problemas de saúde mental, em 70% nenhum dos dois apresentava indicadores e em nenhum caso se verificou a presença de psicopatologia na agressora e a sua ausência na vítima (Sebire, 2015).

Relativamente à história de consumo de substâncias, 55% das agressoras reportam a inexistência de consumos seguido de 32% que referem consumos muito frequentes. Por sua vez 78% reportam que os seus companheiros/vítimas apresentavam consumos muito frequentes sendo que, 13% revela que os consumos por parte de ambos terão contribuído para as situações de conflitos intrafamiliar (Pretorius & Botha, 2006). Em concordância com estes resultados, um outro estudo que também faz referência ao histórico de consumo de substâncias menciona que 50% das vítimas analisadas apresentavam indicadores de história de consumos, não tendo sido possível determinar esta informação em 28.5% dos casos (Bourget & Gagné, 2012).

Relativamente ao historial criminal, os estudos encontraram uma associação estatisticamente significativa entre o homicídio no contexto de relacionamentos de intimidade e a presença de condenações quer nas agressoras como nas suas vítimas, no entanto os resultados dos estudos não são consistentes acerca da prevalência. Desta forma, observa-se que, no estudo de Sebire (2015) 53% das vítimas e 38% das mulheres homicidas tinham

registros de condenações na vida adulta. Contrariamente, Bourget e Gagné (2012) na sua amostra, apuraram que 82.7% das mulheres homicidas não teve qualquer contacto com o sistema de justiça. Não obstante quando se verifica este contacto prévio, em 10.3% da amostra relacionava-se com comportamentos violentos (Bourget & Gagné, 2012). Já Jordan, Clark, Pritchard e Charnigo (2012) na sua amostra, observaram que geralmente relacionam-se com crimes contra o património ou relacionados com drogas.

Quanto à forma como os homicídios são cometidos, a agressora tende a cometer o crime na residência que partilha com a vítima (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012) utilizando com mais frequência a arma branca e a arma de fogo (Adinkrah, 2008; Alves, 2015; Bourget & Gagné, 2012; Mize et al., 2009; Pretorius & Botha, 2006).

Adinkrah (2008) apurou que na maioria dos casos estudados o homicídio foi voluntário e premeditado e, mais especificamente, planeados e executados meticulosamente.

Adicionalmente, em todos os casos as vítimas encontravam-se com menor capacidade de resistência no momento do crime, quer por se encontrarem a dormir, com patologias ou através de envenenamento simulado na comida, tendo sido designadas estas vítimas como 'latentes' ou 'predispostas' (Adinkrah, 2008). Relativamente ao método utilizado para cometer o crime, com maiores percentagens entre os estudos analisados, surge o recurso à arma de fogo entre 20% e 61.6% das amostras, às armas brancas entre 32.3% e 66.7%, o envenenamento entre os 0.1% e os 42%, o espancamento entre os 0.5% e os 16.7% e a utilização de objetos contundentes entre os 1.3% e os 17% (Adinkrah, 2008; Alves, 2015; Bourget & Gagné, 2012; Mize et al., 2009; Pretorius & Botha, 2006).

No estudo de Bourget e Gagné (2012) em apenas 20 dos 42 casos analisados foi possível determinar a existência de intenção prévia. Por sua vez, Häkkänen-Nyholm e colaboradores (2009) referem que a população feminina tende a utilizar apenas uma facada, normalmente atingindo uma parte vital do corpo, porventura para evitar resistência por parte

da vítima, presumindo-se indicador de que poderá ter sido um acidente, atribuindo assim taxas de premeditação baixas no caso das mulheres homicidas.

Entre os artigos empíricos estudados surge ainda a identificação de casos de associação da agressora com outro homem para cometer os crimes. Na amostra do estudo de Adinkrah (2008) em dois casos de um total de 12, as homicidas cometeram o crime em colaboração com outro homem quer no planeamento como na execução e no estudo de Pretorius e Botha (2006), 23 mulheres, num total de 60, recorreram a uma terceira pessoa para o cometimento do homicídio tais como desconhecidos, empregados do companheiro, amigos, filhos, familiares e ainda um homicida contratado. De acordo com esta última investigação estas mulheres tendem a ter um nível educacional mais elevado e maior probabilidade de terem sido violadas pelo companheiro/vítima quando comparadas com mulheres com um nível educacional inferior. Adicionalmente, as mulheres que recorreram à participação de uma terceira diferem significativamente no que concerne ao tipo de relacionamento que mantinham com a vítima no momento do crime, sendo que 73.9% eram casadas e 37.8% coabitavam com a vítima. Quanto ao tipo de arma utilizada 55.6% das mulheres que envolveram uma terceira parte utilizaram uma arma de fogo e 77.8% das mulheres que cometeram o crime sozinhas utilizaram armas brancas, envenenamento, estrangulamento ou a inceneração. Os autores levantam ainda uma possível explicação para o recurso a outro homem, defendendo que poderá promover o distanciamento psicológico do cometimento do crime (Pretorius & Botha, 2006).

A presença de substâncias no momento do homicídio foi também um parâmetro analisado pelos estudos sobre a temática sendo que, na amostra do estudo de Sebire (2015) todos os participantes, agressoras e vítimas, se encontravam sob o efeito de álcool e/ou substâncias psicotrópicas. Quanto às vítimas, 56% acusaram a presença de álcool no sangue *most mortem* sendo que 52% tinham mais de 32mg de álcool por 100mL de sangue e 30.8%

acusaram a presença de drogas. Relativamente às agressoras, verifica-se que 33% das mulheres tinham valores de álcool no sangue acima do permitido por lei no momento do cometimento do crime, entre 110 mg e 288 mg por 100ml de sangue assim como 29% das mulheres acusaram positivo para a presença de drogas no sangue como cannabis e cocaína. Adicionalmente, em 15% foram encontradas misturas de álcool e outras drogas (Sebire, 2015). Também no estudo de Bourget e Gagné (2012) 50% das agressoras encontrava-se sob o efeito de substâncias no momento do crime sendo que, 38.1% tinha consumido álcool, 9.5% apresentava uma combinação de substâncias, não tendo sido possível determinar esta informação em 9.2% dos casos.

Tendo presente a informação obtida através do processo de revisão de literatura, o presente estudo tem como principal objetivo analisar, com recurso à abordagem qualitativa do estudo de casos, a população feminina que comete homicídio contra o seu parceiro íntimo e as respetivas vítimas, aferir acerca das motivações subjacentes a este tipo de homicídio, estudar o comportamento criminal e identificar os fatores de risco associados a estas mulheres e aos seus companheiros.

## **Metodologia**

### **Recolha de dados**

Para o presente artigo foram identificados os processos-crime de homicídio cometidos por mulheres no contexto dos seus relacionamentos de intimidade entre 2008 e 2015 cometidos na comarca judicial de Lisboa, Lisboa Norte e Lisboa Oeste representando um universo de cerca de 27% do total de casos decorridos neste intervalo de tempo.

Foram identificados oito processos-crimes resultando num total de oito homicidas do sexo feminino que cometeram homicídio contra o seu parceiro íntimo atual ou passado. A informação disponível nos referidos processos-crime é composta pela notícia do crime, documentos resultantes das diligências levada a cabo em sede de inquérito (e.g. inquirição de arguida e testemunhas, relatórios sociais/psiquiátricos/psicológicos, relatórios provenientes da

medicina legal), a acusação proferida pelo Ministério Público e pelo acórdão ou sentença judicial.

### **Instrumentos**

De forma a proceder a uma recolha de informação sistematizada, com base na literatura científica publicada sobre a temática do femicídio foi desenvolvida uma grelha de recolha de variáveis onde constam os dados retirados de cada processo-crime. Esta grelha é composta por uma secção referente (1) aos dados sociodemográficos da agressora e da vítima, (2) aos fatores de risco do agressor e fatores de vulnerabilidade da vítima, (3) às características do relacionamento íntimo mantido entre a vítima e a agressora e (4) às características do comportamento homicida e da dinâmica criminal.

A primeira secção é composta por variáveis como a idade, nacionalidade, etnia, profissão, situação profissional e habilitações literárias. A segunda por fatores de risco como antecedentes criminais, história de violência contra membros da família e contra desconhecidos, história de violência contra parceiro íntimo anterior, violação de medidas judiciais, história de consumo de substâncias, antecedentes psiquiátricos, história de vitimação na infância ou adolescência, problemas de emprego e acesso a armas de fogo. A terceira por variáveis como o número de descendentes em comum, da homicida e da vítima, a existência de violência no contexto da relação e os tipos de violência perpetrada, existência de processo de separação e participações criminais contra o parceiro. Por último a secção final inclui aspetos como o local do crime, existência de outras vítimas, arma utilizada, motivação, premeditação e pena aplicada ao agressor.

Os fatores de risco inseridos na referida grelha foram retirados do instrumento de avaliação do risco de reincidência da violência conjugal Spousal Assault Risk Assessment (SARA; Kropp, Hart, Belfrage, Webster & Eaves, 2003 traduzido por Almeida & Soeiro, 2006) sendo uma checklist de 20 fatores preditivos da violência conjugal referenciados pela

literatura científica, tendo como objetivo auxiliar a avaliação de risco de vitimação repetida através da enumeração dos fatores de risco presentes. Tal como referido na secção introdutória do presente trabalho, devido à existência de diversos estudos que identificam a história de violência perpetrada pela vítima/companheiro contra a homicida como sendo um importante fator predisponente (e.g. Alves, 2015; Belknap, Larson, Abrams, Garcia, & Anderson-Block, 2012; Bourget & Gagné, 2012; Kirkwood, 2003; Pretorius & Botha, 2006) foram também incluídos os fatores de risco do SARA nos fatores de vulnerabilidade da vítima.

### **Procedimentos**

Numa primeira fase foram consultados os processos-crime de homicídio e preenchida uma grelha de variáveis para cada um dos mesmos, mediante autorização (Anexo A). De seguida, as referidas variáveis foram inseridas no programa de análise estatística *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 21 por forma a realizar uma análise quantitativa dos dados. Quanto à análise de variáveis qualitativas procedeu-se à utilização de análise do conteúdo das declarações constantes nas peças processuais, sendo uma técnica de pesquisa que visa uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa.

De forma a salvaguardar a identidade dos intervenientes não foram registados quaisquer elementos identificativos.

## **Resultados**

### **Variáveis Sociodemográficas**

As agressoras que compõe a amostra, à data do homicídio tinham, em média 39 anos ( $dp=15.91$ ) sendo que a homicida mais nova tinha 22 anos e a mais velha 65 anos. Já as suas vítimas, tinham em média 43 anos ( $dp=18.40$ ) tendo o companheiro mais novo 20 anos e o mais velho 67 anos. Quanto à diferença de idades entre ambos, a vítima era em média de 92

meses ( $dp=133.57$ ) mais velha do que a agressora (i.e. aproximadamente oito anos) (Tabela 2).

Tabela 2

*Média, desvio padrão e mínimo e máximo de idades das agressoras e das vítimas e da diferença de idades entre ambos em meses.*

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Idade da Agressora	38.88	15.91	22	65
Idade da Vítima	42.50	18.40	20	67
Diferença de Idades entre a Agressora e a Vítima (Meses)	91.88	133.57	4	408

No que concerne à nacionalidade dos intervenientes destaca-se que 38% ( $n=3$ ) das agressoras são de nacionalidade portuguesa, 25% angolana ( $n=2$ ), 25% brasileira ( $n=2$ ) e 13% cabo-verdiana ( $n=1$ ), por sua vez, nas vítimas a nacionalidade portuguesa está sobre representada com 88% ( $n=7$ ) sendo apenas um dos companheiros de nacionalidade brasileira. Quanto à etnia verifica-se que 63% das agressoras são de etnia caucásia ( $n=5$ ) e 38% de etnia negra ( $n=3$ ) enquanto que as vítimas são todas de etnia caucasiana.

No que concerne ao estado civil 66% das homicidas encontrava-se solteira à data dos factos ( $n=5$ ) e 38% casada ( $n=3$ ). Por sua vez, as vítimas encontravam-se solteiras em 38% dos casos ( $n=3$ ) verificando-se o regime de casamento na mesma percentagem ( $n=3$ ), 13% era divorciado ( $n=1$ ) e também em 13% a informação não estava presente ( $n=1$ ).

Quanto à profissão, nas agressoras observam-se profissões como estudante, polícia, na área da agricultura e das limpezas verificando-se ainda uma ausência de profissão em 38% dos casos ( $n=3$ ). No grupo das vítimas verifica-se que, quando possível determinar, exerceriam profissões como polícia, professor, agricultor, padeiro e electricista. No que respeita à situação profissional observa-se que as agressoras encontravam-se maioritariamente desempregadas (63%,  $n=5$ ) e as suas vítimas na situação ativa (50%;  $n=4$ ) sendo que, 25% das vítimas encontrava-se na situação de reforma ( $n=2$ ).

Relativamente às habilitações literárias, com quatro casos, o 1º Ciclo (25%) e o ensino secundário (25%) completos surgem mais frequentemente, seguindo-se a ausência de escolaridade (13%), o 2º Ciclo completo (13%) e a frequência de formação superior cada um representado por um caso (13%). Quanto às vítimas em 88% dos casos ( $n=7$ ) a informação não se encontrava disponível (Tabela 3).

Tabela 3

*Frequência e percentagem dos dados sociodemográficos das agressoras e das vítimas.*

	Frequência (%)	
	Agressora	Vítima
Nacionalidade		
Portuguesa	3 (37.5)	7 (87.5)
Angolana	2 (25.0)	0 (0.0)
Brasileira	2 (25.0)	1 (12.5)
Cabo-Verdiana	1 (12.5)	0 (0.0)
Etnia		
Caucasiana	5 (62.5)	8 (100)
Negra	3 (37.5)	0 (0.0)
Estado Civil		
Solteiro	5 (65.2)	3 (37.5)
Casado	3 (37.5)	3 (37.5)
Divorciado	0 (0.0)	1 (12.5)
Sem Informação	0 (0.0)	1 (12.5)
Profissão		
Sem Profissão	3 (37.5)	0 (0.0)
Estudante	1 (12.5)	0 (0.0)
Polícia	1 (12.5)	1 (12.5)
Agricultor	1 (12.5)	1 (12.5)
Área da Limpeza	1 (12.5)	0 (0.0)
Padeiro	0 (0.0)	1 (12.5)
Eletricista	0 (0.0)	1 (12.5)
Professor	0 (0.0)	1 (12.5)
Sem Informação	1 (12.5)	2 (25.0)
Situação Profissional		
Desemprego	5 (62.5)	2 (25.0)
Ativo	2 (25.0)	4 (50.0)
Reforma	0 (0.0)	2 (25.0)
Sem Informação	1 (12.5)	0 (0.0)

Tabela 3  
(Cont.)

Habilitações Literárias		
Sem Escolaridade	1 (12.5)	0 (0.0)
1º Ciclo	2 (25.0)	0 (0.0)
2º Ciclo	1 (12.5)	0 (0.0)
Ensino Secundário	2 (25.0)	0 (0.0)
Formação Superior	1 (12.5)	1 (12.5)
Sem Informação	1 (12.5)	7 (87.5)

No que respeita ao número de filhos, nos casos analisados os casais têm em comum, em média, um filho ( $dp=1.13$ ) variando entre a ausência de descendentes e a existência de três.

Por sua vez, a vítima tende a ter em média dois filhos ( $dp =3.44$ ) de relacionamentos anteriores e a agressora tem em média um filho ( $dp =0.93$ ). Quanto ao número de filhos que coabitava com o casal varia entre a ausência e a presença de três filhos com uma média de um filho ( $dp =1.17$ ).

#### **Fatores de Risco da Agressora e de Vulnerabilidade da Vítima**

Quanto aos fatores de risco presentes na amostra de agressoras observa-se que a presença destes fatores é reduzida encontrando-se maioritariamente ausentes, sendo que em 25% da amostra constata-se a presença de violência contra membros da família ( $n=2$ ), violência contra estranhos ou conhecidos ( $n=2$ ), antecedentes psiquiátricos ( $n=2$ ) e problemas de emprego ( $n=2$ ). Relativamente aos fatores de vulnerabilidade da vítima destaca-se a presença de problemas relacionados com o abuso de substâncias em 50% da amostra ( $n=4$ ), Seguindo-se a violência contra membros da família (38%;  $n=3$ ), os antecedentes psiquiátricos (25%;  $n=2$ ) e os problemas de emprego (25%;  $n=2$ ).

Em ambos os grupos verifica-se uma percentagem elevada de fatores omissos sendo esta percentagem mais proeminente no caso dos fatores de vulnerabilidade da vítima (Tabela 4).

No que se refere à posse de arma de fogo, o único caso onde se verificou a presença deste tipo de fator de risco diz respeito a um casal em que ambos tinham esta autorização na sequência da profissão de polícia que ambos desempenhavam.

Tabela 4.

*Percentagem de presença, ausência ou omissões de fatores de risco da agressora e fatores de vulnerabilidade da vítima*

	Frequência (%)					
	Agressora			Vítima		
	Presente	Ausente	Omisso	Presente	Ausente	Omisso
Antecedentes Criminais	1 (12.5)	6 (75.0)	1 (12.5)	1 (12.5)	2 (25.0)	5 (62.5)
Violência contra Membros da Família	2 (25.0)	4 (50.0)	2 (25.0)	3 (37.5)	1 (12.5)	4 (50.0)
Violência contra Estranhos ou Conhecidos	2 (25.0)	3 (37.5)	3 (37.5)	1 (12.5)	2 (25.0)	5 (62.5)
História de Violência contra Parceiro Íntimo Anterior	1 (12.5)	4 (50.0)	3 (37.5)	1 (12.5)	1 (12.5)	6 (75.0)
Violação de Medidas Judiciais	0 (0.0)	8 (100)	0 (0.0)	1 (12.5)	6 (75.0)	1 (12.5)
Posse/Acesso a Armas de Fogo	1 (12.5)	6 (75.0)	1 (12.5)	1 (12.5)	5 (62.5)	2 (25.0)
Vítima e/ou Testemunha de Violência Familiar na Infância ou Adolescência	0 (0.0)	4 (50.0)	4 (50.0)	1 (12.5)	1 (12.5)	6 (75.0)
Problemas Relacionados com o Abuso de Substâncias	1 (12.5)	5 (62.5)	2 (25.0)	4 (50.0)	0 (0.0)	4 (50.0)
Recente Ideação/Intenção Suicida ou Homicida	1 (12.5)	3 (37.5)	4 (50.0)	1 (12.5)	4 (50.0)	3 (37.5)
Antecedentes Psiquiátricos	2 (25.0)	3 (37.5)	3 (37.5)	2 (25.0)	1 (12.5)	5 (62.5)

Tabela 4  
(Cont.)

Problemas de Emprego	2 (25.0)	5 (62.5)	1 (12.5)	2 (25.0)	4 (50.0)	2 (25.0)
----------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

### Características do Relacionamento entre a Agressora e a Vítima

No momento do crime, em dois casos os intervenientes eram casados e cinco viviam em união de facto. Nesta amostra, apenas Num caso a agressora e a vítima eram ex-namorados sendo que o relacionamento terá terminado por iniciativa da vítima. À exceção deste último caso, em todos os outros não se verificou processo de separação no momento do crime. Em média os relacionamentos duraram 123 meses ( $dp = 182.40$ ) (i.e. 10 anos) não tendo sido possível determinar o tempo de relacionamento em dois casos.

Não obstante, verificou-se história de separações anteriores em seis casos (75%) sendo que, em cinco (62.5%) a motivação estaria relacionada com episódios de violência perpetrados contra a agressora pelo seu companheiro/posterior vítima. Por outro lado, em apenas um caso se verificaram indícios de violência prévia perpetrada por ambos os intervenientes.

Quanto às formas de violência, insultos e injúrias surgem como as formas mais identificadas nas peças processuais (63%;  $n=5$ ), seguindo-se a violência física onde o perpetrador recorreu mais frequentemente a bofetadas e empurrões (50%;  $n=4$ ), murros e pontapés (50%,  $n=4$ ) e ainda espancamento e estrangulamento (50%,  $n=4$ ). As consequências mais identificadas são as nódoas negras, cortes ou dor continuada (50%,  $n=4$ ), contusões graves, ossos partidos ou queimaduras (25%,  $n=2$ ), ferimentos na cabeça, internos ou permanentes (13%,  $n=1$ ) e feridas causadas por armas (13%,  $n=1$ ). No que concerne a violência psicológica, a humilhação, menosprezo ou condescendência surge em 38% dos casos ( $n=3$ ) e ainda intimidações, sustos ou ameaças em 25% ( $n=2$ ). A violência sexual surge referenciada em 25% ( $n=2$ ) das situações de violência bem como comportamentos de *stalking*

tais como controlar com quem pode contactar e quando (38%,  $n=3$ ), controlar ou restringir o acesso a educação ou emprego (38%,  $n=3$ ), controlar ou restringir o acesso a transporte ou informação (25%,  $n=2$ ) e isolar a parceira da família ou amigos (25%,  $n=2$ ) (Tabela 5).

Tabela 5.

*Presença de comportamentos violentos perpetrados pelo companheiro/vítima contra a homicida.*

	Presença do Comportamento Violento ( <i>n</i> , %)
Bofetadas/empurrões	4 (50.0)
Murros/pontapés	4 (50.0)
Espancamento/estrangulamento	4 (50.0)
Uso de arma	1 (12.5)
Insultos/injúrias	5 (62.5)
Humilhação/menosprezo/condescendência	3 (37.5)
Intimidações/sustos/ameaças	2 (25.0)
Ameaçar fazer mal a si próprio/suicidar-se	1 (12.5)
Ameaças de morte	2 (25.0)
Ameaças com armas	2 (25.0)
Relações sexuais forçadas	2 (25.0)
Maus tratos durante a gravidez	1 (12.5)
Stalking	3 (37.5)
Controlar com quem pode contactar	3 (37.5)
Controlar/restringir o acesso ao transporte/informação	2 (25.0)
Controlar/restringir o acesso à assistência médica	1 (12.5)
Controlar/restringir o acesso a educação/emprego	3 (37.5)
Controlar gastos/acesso ao dinheiro	1 (12.5)
Isolar a vítima da família ou amigos	2 (25.0)
Perseguir/vigiar ou pedir a alguém para vigiar	1 (12.5)

Em dois casos as agressoras já tinham efetuado denúncias contra o companheiro/vítima, não sendo observável a existência de denúncias por parte da vítima.

Relativamente ao caso onde se verificou a existência de violência mútua, as peças processuais fazem referência a violência verbal, ao arremesso de objetos e agressões físicas não especificadas por parte de ambos.

### **Características do Homicídio**

Para além do companheiro das agressoras, em nenhum caso houve outras vítimas e em sete casos o crime foi cometido na residência do casal. Do total de oito casos analisados em apenas um a agressora fez com que a vítima se dirigisse à sua residência cometendo o crime na própria habitação. Adicionalmente, esta situação foi a única onde se verificou o auxílio de um conhecido da homicida no cometimento do crime, indícios de premeditação do crime e a movimentação do cadáver tendo sido encontrado num terreno agrícola.

Em três casos verificou-se uma tentativa inicial da agressora de se furtar à justiça, não obstante em sete a agressora acabou por admitir a autoria do crime quando confrontada com os factos não tendo sido admitida a culpa em um caso.

O recurso à arma branca verifica-se em sete dos oito casos que compõem o estudo tendo sido exclusivamente utilizada em cinco casos. Em dois casos, para além da utilização de armas brancas as agressoras utilizaram uma arma de fogo, um objeto contundente e uma corda sendo que, o recurso exclusivo à arma de fogo em apenas um caso. Relativamente a indícios de premeditação, também em apenas um caso

Em nenhum caso a agressora estava sob o efeito de substâncias sendo que, no caso das vítimas, apenas numa foi detetada a presença de álcool nos resultados da autópsia. Quanto a outras pessoas presentes no local do crime, salienta-se a presença dos descendentes dos intervenientes em três casos (Tabela 6).

Tabela 6.

*Principais características do crime identificadas por caso.*

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6	Caso 7	Caso 8
Local do crime	Residência do casal	Residência do casal	Residência do casal	Residência do casal	Residência do casal	Residência da Agressora	Residência do casal	Residência do casal
Movimentação do corpo	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Ocultação do Cadáver ou de Provas	A agressora inicialmente relatou que a vítima teria sido esfaqueada no exterior da habitação por parte de terceiros	a agressora fez a limpeza do sangue que se encontrava no chão após o homicídio bem como dos objetos que utilizou	Não	A agressora inicialmente mencionou que a ferida perfurante que causou a morte do companheiro foi originada pela queda deste último	Não	Abandono do cadáver em local ermo	Não	Não
Tipo de Arma	Arma branca	Arma branca, objeto contundente e asfixia	Arma de Fogo	Arma Branca	Arma Branca	Arma Branca e Arma de Fogo	Arma Branca	Arma Branca
Agressora sob o Efeito de Substâncias	Não	Não	Não	Álcool	Não	Não	Não	Não
Vítima sob o Efeito de Substâncias	Não	Não	Álcool (0.60 g/L)	Não	Não	Não	Não	Não
Outros Participantes	Não	Não	Não	Não	Não	O primo da agressora	Não	Não
Testemunhas	A filha do casal e três sobrinhos da agressora	Não	Não	Amiga do casal	Filhos do casal	Sem informação	Não	Os dois filhos do casal
Premeditação	Não	Não	Não	Não	Não	Tentativa prévia de obtenção de arma de fogo	Não	Não

Em seis dos oito casos analisados verifica-se a existência de episódios de agressão prévios ao cometimento do crime e as lesões neste contexto tendem a ser únicas como forma de repelir as agressões. Quanto ao caso 2 o crime foi cometido na sequência de uma descompensação psicológica resultando na utilização excessiva de violência e no caso 6 tendo ocorrido após premeditação, observa-se o recurso à arma de fogo com o objetivo de matar (Tabela 7).

Tabela 7.

*Lesões encontradas nas vítimas e motivação para o homicídio.*

	Tipo de lesões	Motivação
Caso 1	Lesões traumáticas cardíacas pela ação de objeto de natureza corto-perfurante	Na sequência de agressões por parte do companheiro/vítima e numa tentativa de repelir a agressão
Caso 2	21 feridas contusas, equimoses nos olhos e no dorso da mão esquerda, quatro feridas cortantes e corto-perfurantes na face lateral esquerda do pescoço, uma ferida de defesa ativa e uma de defesa passiva nas mãos, fraturas dos ossos do nariz	Na sequência do companheiro/vítima sangrar do nariz e sujar os lençóis da cama
Caso 3	A agressora apresentava equimose da pálpebra inferior esquerda e edema da região malar esquerda, equimose média posterior de ambas as pernas, equimoses em ambos os braços. A vítima diversos orifícios (abdominal, zona clavicular esquerda, braço e antebraço) causados por disparos de arma de fogo, queimadura indicadora de disparo a curta distância e cortes superficiais no antebraço esquerdo causados pelo próprio.	Na sequência de agressões e tentativas de asfixia por parte do companheiro/vítima utiliza a arma de fogo de serviço com o qual já tinha sido ameaçada
Caso 4	Ferida incisiva na zona torácica do lado esquerdo com perfuração do pulmão esquerdo. Morte provocada por choque hipovolémico.	Na sequência de uma discussão
Caso 5	Ferimento corto-perfurante na coxa direita tendo atingido vasos femurais.	Na sequência de agressões perpetradas pelo companheiro/vítima

Tabela 7.

(Cont.)

Caso 6	Feridas perfurantes à cavidade craniana, provocados pelos disparos de arma de fogo e feridas corto-perfurantes no tórax, aurícula e ventrículo direitos.	Na sequência do ex-namorado/vítima iniciar o relacionamento com outra mulher e recusar-se a colocar-lhe término
Caso 7	Feridas corto-perfurantes na parede abdominal.	Na sequência de agressões perpetradas pelo companheiro/vítima
Caso 8	Ferida corto-perfurante na região infra clavicular esquerda, escoriações na face lateral direita do pescoço, na região axial esquerda, região popliteia esquerda e no terço distal da face externa da perna esquerda.	Na sequência de agressões entre ambos

Verifica-se a absolvição em dois casos tendo sido provado em sede de julgamento que o crime cometido ocorreu no contexto de legítima defesa na sequência das agressões perpetradas por parte do companheiro/vítima. Também nos casos onde se provou a existência destes comportamentos imediatamente antes do homicídio, as condenações tenderam a ser por ofensa à integridade física qualificada e grave e com penas menores. Quanto às mulheres condenadas por homicídio simples não foi claro que a sua integridade física estivesse comprometida no momento imediatamente antes do crime. No caso 2, verificou-se um historial psiquiátrico de bipolaridade e sucessivos internamentos prévios em hospital psiquiátrico tendo sido provado que o cometimento deste crime ocorreu na sequência de uma descompensação (Tabela 8).

Tabela 8.

*Conclusão do processo-crime.*

	Tempo decorrido entre o crime e a sentença (Meses)	Sentença	Condenação
Caso 1	13	Absolvição Inimputável	---
Caso 2	26		Medida de internamento em estabelecimento psiquiátrico entre 3 a 16 anos
Caso 3	50	Absolvição	---
Caso 4	15	Homicídio Simples Ofensa à Integridade Física Qualificada	11 anos de prisão 4 anos de prisão suspensa na sua execução, com regime de prova e acompanhamento social e psicológico
Caso 5	36		
Caso 6	---	---	---
Caso 7	27	Homicídio Simples Ofensa à Integridade Física Grave	8 anos de prisão 3 anos e 6 meses de prisão
Caso 8	40		

### Discussão

Através dos resultados obtidos foi possível observar semelhanças com os estudos internacionais em diversos aspetos.

No que respeita às variáveis sociodemográficas a faixa etária das agressoras ronda os 39 anos e as suas vítimas a faixa dos 43 anos, tal como é apresentado por diversos estudos (Adinkrah, 2000, 2008; Mouzos & Shackelford, 2004; Pretorius & Botha, 2006; Sebire, 2015). Os presentes resultados indicam uma diferença de idades entre a agressora e a vítima superior aquela que foi identificada na literatura internacional sendo de aproximadamente oito anos (Adinkrah, 2008).

Verifica-se alguma variabilidade de nacionalidades e etnia das agressoras com predominância da nacionalidade portuguesa e etnia caucasiana tal como as vítimas. A maioria

dos intervenientes são solteiros coabitando em situação análoga à dos cônjuges e têm média um filho em comum e coabitar com ambos no momento do crime.

Quanto à situação profissional, ao contrário dos estudos científicos, as agressoras encontram-se maioritariamente desempregadas (Adinkrah, 2008; Bourget & Gagné, 2012; Kim & Titterington, 2009) e as vítimas encontram-se na situação ativa. A escolaridade das agressoras não é homogênea, não obstante a conclusão do 1º ciclo e do ensino secundário surgem como mais frequentes.

Através da análise dos fatores de risco que estão presentes na população de agressoras verifica-se que são maioritariamente ausentes, não obstante, salienta-se a presença de história de violência contra membros da família e contra estranhos ou conhecidos bem como antecedentes psiquiátricos e problemas de emprego tal como é apontado pela literatura (e.g. Bourget & Gagné, 2012; Pretorius & Botha, 2006; Sebire, 2015). Quanto aos fatores de vulnerabilidade da vítima surge com grande destaque a história de problemas relacionados com o consumo de substâncias (Bourget & Gagné, 2012). No entanto, estes resultados devem ser interpretados com cautela devido à ausência de informação nas peças processuais que permita a identificação destes fatores.

Em média, os relacionamentos na presente amostra têm a duração de 10 anos e em apenas um dos casos se verificou a presença de um processo de separação no momento do cometimento do crime por iniciativa da vítima. Por outro lado, verifica-se a existência de separações prévias na maioria dos casos, separações estas motivadas por comportamentos violentos perpetrados pelo companheiro/vítima contra a agressora tendo sido denunciado em dois dos casos analisados (Alves, 2015; Kirkwood, 2003; Pretorius & Botha, 2006). Como mais frequentemente identificadas surgem as formas de violência verbal, psicológica e física com consequências ao nível da saúde física. Como menos presente nas peças processuais observa-se a informação acerca de violência sexual e stalking.

Na maioria dos casos analisados, a agressora cometeu o crime na residência que partilhava com a vítima não tendo provocado outras vítimas. O tipo de arma mais utilizada é a arma branca provocando apenas uma lesão fatal e os filhos do casal tendem a encontrar-se na residência no momento do crime (e.g. Adinkrah, 2008; Alves, 2015; Bourget & Gagné, 2012; Mize et al., 2009; Pretorius & Botha, 2006). Ao contrário da literatura, nenhuma agressora se encontrava sob o efeito de substâncias e apenas numa vítima foi detetada a presença de álcool no sangue (e.g. Bourget & Gagné, 2012; Sebire, 2015). Na sua maioria as agressoras, inicialmente, tendem a mentir acerca da forma como foi cometido o crime acabando por admitir quando confrontadas com os factos. Também na maioria dos casos a agressão fatal ocorre no contexto de uma discussão ou de agressões perpetradas por parte do companheiro/vítima como forma de repelir a agressão (Bourget & Gagné, 2012; Häkkänen-Nyholm et al., 2009; Jordan et al., 2012; Kirkwood, 2003).

À semelhança do que a literatura refere, nos casos estudados surge um com características que se diferenciam dos restantes pela existência de premeditação do crime, pelo recurso a uma outra pessoa para o seu cometimento, pela movimentação do cadáver, pela utilização de arma de fogo, pela não admissão da culpa ainda pela motivação relacionar-se com ciúmes da outra parceira da vítima (Adinkrah, 2008; Pretorius & Botha, 2006).

Verifica-se que nos casos onde se verificou a presença de agressões por parte da vítima no momento do homicídio, as sentenças tendem a ser menos gravosas e as condenações diminuídas tendo sido mesmo duas agressoras absolvidas por se considerar que agiram a legítima defesa.

### **Conclusão**

Apesar de pouco frequente, o homicídio cometido por mulheres no contexto dos relacionamentos tem merecido atenção no sentido a perceber as características deste tipo específico de comportamento.

Através da presente análise verifica-se que estas mulheres, de uma forma geral, têm em média 39 anos, são portuguesas, caucasianas e solteiras. As suas vítimas, geralmente encontram-se em média no 43 anos, são portugueses, caucasianos e solteiros ou casados. A diferença de idades entre ambos roda os oito anos e tendem a viver em situação análoga à dos cônjuges. As agressoras tendem a encontrar-se no desemprego e a deterem escolaridade intermédia e as suas vítimas a estarem empregadas. Os principais fatores de risco identificados nas homicidas foi a história de violência contra membros da família e contra estranhos ou conhecidos bem como antecedentes psiquiátricos e problemas de emprego. Quanto aos fatores de vulnerabilidade da vítima destacam-se os problemas relacionados com o consumo de substâncias. O relacionamento entre ambos tem a duração média de 10 anos, marcados por separações prévias motivadas por comportamentos violentos exercidos contra a agressora por parte do seu companheiro/vítima. Não obstante, no momento do crime não se encontravam em processo de separação. A agressora efetuou denúncias por violência em dois casos e os tipos mais comuns são a violência psicológica, física e verbal.

Relativamente ao crime, de uma forma geral as agressoras cometeram o homicídio na residência de ambos, não provocaram outras vítimas, utilizaram armas brancas e não se encontravam sob o efeito de substâncias. As principais motivações apontadas estavam relacionadas com episódios de discussão e de violência perpetrada pela vítima. Verifica-se ainda um caso que se destaca dos restantes constituindo um crime premeditado, com tentativas de ocultação de provas, presença de outro participante e ainda uma motivação relacionada com o ciúme.

Quando à sentença e condenação verificam-se menos gravosas nos casos onde se verificou a presença de violência por parte da vítima contra a agressora.

Como principais limitações a este tudo salienta-se a ausência de informação acerca das variáveis sociodemográficas e dos fatores de risco e de vulnerabilidade nas peças processuais

bem como a amostra reduzida tal como já tinha sido apontado pela literatura internacional como uma limitação quando é utilizada informação oficial (e.g. Kim & Titterington, 2009; Kirkwood, 2003).

No que concerne às considerações para investigações futuras menciona-se a importância de aumentar o número de participantes analisados, de realizar estudos qualitativos acerca dos dados biográficos, de realizar estudos comparativos entre o homicídio cometido no contexto de relacionamentos íntimos e noutros contextos (Pretorius & Botha, 2006), de analisar de que forma os fatores de risco já conhecidos operam quando as mulheres são as agressoras (Mouzos & Shackelford, 2004) e ainda de perceber qual o papel dos abusos durante a infância na probabilidade de cometer homicídio contra os seus parceiros íntimos (Kim & Titterington, 2009).

## Referências

- Adinkrah, M. (2000). Female-perpetrated spousal homicides: The case of Fiji. *Journal of Criminal Justice*, 28(2), 151–161. [http://doi.org/10.1016/S0047-2352\(99\)00035-5](http://doi.org/10.1016/S0047-2352(99)00035-5)
- Adinkrah, M. (2008). Spousal homicides in contemporary Ghana. *Journal of Criminal Justice*, 36, 209–216. <http://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.04.002>
- Belknap, J., Larson, D.-L., Abrams, M. L., Garcia, C., & Anderson-Block, K. (2012). Types of intimate partner homicides committed by women: Self-defense, proxy/retaliation, and sexual proprietariness. *Homicide Studies*, 16(4), 359–379. <http://doi.org/10.1177/1088767912461444>
- Bourget, D., & Gagné, P. (2012). Women who kill their mates. *Behavioral Sciences & the Law*, 30, 598–614.
- Dawson, M., Bunge, V., & Balde, T. (2009). National trends in intimate partner homicides: Explaining declines in Canada , 1976 to 2001. *Violence Against Women*, 15(3), 276–306.
- DeJong, C., Pizarro, J. M., & McGarrell, E. F. (2011). Can situational and structural factors differentiate between intimate partner and “other” homicide? *Journal of Family Violence*, 26, 365–376. <http://doi.org/10.1007/s10896-011-9371-7>
- Häkkinen-Nyholm, H., Putkonen, H., Lindberg, N., Holi, M., Rovamo, T., & Weizmann-Henelius, G. (2009). Gender differences in Finnish homicide offence characteristics. *Forensic Science International*, 186, 75–80. <http://doi.org/10.1016/j.forsciint.2009.02.001>
- Kim, B., & Titterington, V. B. (2009). Abused South Korean women: a comparison of those who do and those who do not resort to lethal violence. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 53(1), 93–112. <http://doi.org/10.1177/0306624X07312772>
- Kirkwood, D. (2003). Female perpetrated homicide in Victoria between 1985 and 1995.

*Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 36(2), 152–172.

<http://doi.org/10.1375/acri.36.2.152>

Mize, K. D., Shackelford, T. K., & Shackelford, V. A. (2009). Hands-on killing of intimate partners as a function of sex and relationship status/state. *Journal of Family Violence*, 24(7), 463–470. <http://doi.org/10.1007/s10896-009-9244-5>

Mouzos, J., & Shackelford, T. K. (2004). A comparative, cross-national analysis of partner-killing by women in cohabiting and marital relationships in Australia and the United States. *Aggressive Behavior*, 30(3), 206–216. <http://doi.org/10.1002/ab.20018>

Pretorius, H. G., & Botha, S.-A. (2006). The cycle of violence and abuse in women who kill an intimate male partner : A biographical profile. *South African Journal of Psychology*, 39(2), 242–252. <http://doi.org/10.1177/008124630903900209>

Sebire, J. (2015). The Value of Incorporating Measures of Relationship Concordance When Constructing Profiles of Intimate Partner Homicides: A Descriptive Study of IPH Committed Within London, 1998-2009. *Journal of Interpersonal Violence*, 1–25. <http://doi.org/10.1177/0886260515589565>.

## **Conclusão Geral**

Esta dissertação teve como objetivo caracterizar as mulheres homicidas e as respetivas vítimas, aferir acerca das motivações subjacentes a este tipo de homicídio, estudar o comportamento criminal e identificar os fatores de risco associados a estas mulheres e aos seus companheiros, através da realização de uma revisão sistemática de literatura e de um estudo empírico de natureza qualitativa (estudo de casos).

Com este trabalho foi possível retirar algumas conclusões acerca do fenómeno em Portugal, permitindo uma perceção mais aprofundada das características específicas deste tipo de homicídio, verificando que os homicídios cometidos por mulheres frequentemente estão relacionados com episódios de violência perpetrada pelos seus companheiros/vítimas, sendo este o fator de risco mais prominente na amostra estudada.

Desta forma, apesar de ser um fenómeno com pouca expressão em Portugal é essencial que se desenvolvam estratégias de prevenção e intervenção focadas nos fatores de risco da homicida e também nos fatores de vulnerabilidade da sua potencial vítima.

A literatura internacional, de uma forma geral recorre à consulta de documentos oficiais ou a bases de dados nacionais pelo que, as limitações mais associadas a este tipo de metodologia, são a falta de informação acerca dos dados sociodemográficos e das condenações e sentenças aplicadas (Adinkrah, 2008; Kirkwood, 2003). São apontadas ainda limitações no que respeita ao acesso à amostra, à desejabilidade social das respostas fornecidas pelas homicidas e ainda dificuldades em aceder aos dados das vítimas (Kim & Titterington, 2009; Pretorius & Botha, 2006). Consequentemente, à semelhança das limitações apontadas, o estudo empírico realizado, de natureza qualitativa e com base numa amostra processual, salienta-se a ausência de informação acerca das variáveis sociodemográficas e dos fatores de risco e de vulnerabilidade nas peças processuais bem como a dificuldade de acesso à amostra.

Neste sentido, salienta-se a necessidade de incrementar o estudo deste fenómeno de forma a compreender de forma mais clara qual a influência da perpetração de violência por parte do companheiro/vítima contra a homicida bem como a influência de outros fatores de índole socioeconómica (e.g., desemprego e a baixa escolaridade) e relacionados com a saúde mental.

### Referências

- Adinkrah, M. (2008). Spousal homicides in contemporary Ghana. *Journal of Criminal Justice*, 36, 209–216. <http://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.04.002>
- Kim, B., & Titterington, V. B. (2009). Abused South Korean women: a comparison of those who do and those who do not resort to lethal violence. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 53(1), 93–112. <http://doi.org/10.1177/0306624X07312772>
- Kirkwood, D. (2003). Female perpetrated homicide in Victoria between 1985 and 1995. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 36(2), 152–172. <http://doi.org/10.1375/acri.36.2.152>
- Pretorius, H. G., & Botha, S.-A. (2006). The cycle of violence and abuse in women who kill an intimate male partner : A biographical profile. *South African Journal of Psychology*, 39(2), 242–252. <http://doi.org/10.1177/008124630903900209>

## Anexo A



### Declaração

Eu, Cristina Branca de Matos Soeiro Correia Teles, Especialista Superior e responsável pelo Gabinete de Psicologia e Seleção da Escola de Polícia Judiciária e coordenadora do projeto de investigação sobre a temática do homicídio em contexto familiar, a decorrer nesta instituição, venho formalizar a permissão para a aluna Vera Moreira utilizar o instrumento de avaliação de risco de violência doméstica SARA (versão portuguesa traduzida e adaptada por Almeida e Soeiro, 2005), assim como a utilização de dados resultantes de consulta a processos concluídos e julgados de crimes de homicídio cometidos por mulheres no âmbito da violência doméstica, recolhidos no âmbito do projeto de investigação referido anteriormente, para fins de realização de trabalho de investigação, no âmbito da tese de dissertação de Mestrado em Psicologia Jurídica da Universidade Fernando Pessoa.

Barro, 9 de março de 2016

Cristina Soeiro

Especialista Superior

Gabinete de Psicologia e Seleção

Escola de Polícia Judiciária

